



Ata Número Doze

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente, na Sala Polivalente do Museu Carlos Reis (Casa da Lagartixa), a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal. -----
- 2 - Designação de representantes das três forças políticas com assento na Assembleia Municipal para fazer parte do Grupo de Trabalho das atividades das Comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril. -----
- 3 - Apreciação e votação da 3ª revisão ao Orçamento e 3ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023. -----
- 4 - Apreciação e votação da aprovação da 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023. -----
- 5 - Apreciação e votação da aprovação da alteração da Organização dos Serviços Municipais. -----
- 6 - Apreciação e votação da proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 330.000.00 € destinado a financiar a "Requalificação e Conservação da Rede Viária Municipal". -----
- 7 - Apreciação e votação da autorização para o Município da Lousã integrar a Associação de Municípios Portugueses do Vinho. -----
- 8 - Apreciação e votação da 1ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã.
- 9 - Apreciação e votação da declaração de reconhecimento de "Projeto de Interesse Municipal da Rota da Estrada Nacional nº 2" emitindo a respetiva Declaração. -----

10 - Apreciação e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Serpins, no montante de EUR: 37.500,00 (trinta e sete mil euros), destinado a apoiar a execução do projeto "Requalificação do Mercado de Serpins". -----

11 - Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, no montante de 37.500,00 € destinado a apoiar a execução do projeto "Espaço sociocultural, histórico e ambiental de Foz de Arouce - Espaço de lazer." -----

12 - Relatório Semestral sobre situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2023, para conhecimento do Órgão Deliberativo -----

A Senhora Presidente da Mesa apresentou cumprimentos e agradeceu a presença do Executivo Municipal, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público presente e trabalhadores da autarquia. Seguidamente a Senhora Presidente da Mesa, alegando estar ausente a segunda-secretária, Maria Aldina Martins, chamou para fazer parte da Mesa da Assembleia Municipal, a deputada Ana Filipa Marques, a quem deu a palavra, a fim de proceder à chamada. -----

CHAMADA: -----

Feita a chamada verificou-se a ausência de Maria Aldina Costa Sancho Martins, que justificou a falta e foi legalmente substituído por Sara Alexandra Cortês dos Santos Antunes, de Nelson Fernando Ferreira Lopes que justificou a falta e foi legalmente substituído por José Fernandes Moreira, de Artur Jorge Correia que justificou a falta e foi legalmente substituído por Rafaela Antónia Vaz Gonçalves, de Daniela Guerreiro que justificou a falta e foi legalmente substituída por Rui Morais e Carolina Cabral que justificou a falta, tendo sido convocado António Agostinho de Carvalho da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP, que faltou injustificadamente -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Inscrições: Um cidadão inscrito: -----

1. Paulo Magro -----

ASX
ad
X

O munícipe cumprimentou todos os presentes e disse que o seu primeiro assunto era para saber se já haveria alguma resposta à pergunta que colocou na última Assembleia Municipal. Afirmou que, tratando-se de um assunto sobre a APIN o Senhor Presidente transmitiu, "e bem", que seria lógico serem os membros do Conselho de Administração presentes a responder. Todavia, não achou correto ter de esperar pela "ronda feita por todos os deputados" para depois haver essa resposta. Disse que, no seu entendimento, não estava correto, que tinha de ter obtido resposta e que essa prática não correspondia ao que estava escrito no regimento. Que esse documento dizia que era feita a pergunta e obtida resposta e que, se não fosse possível, mais tarde era dada resposta. Seguidamente o munícipe disse gostar de ser informado pelo Senhor Presidente, sobre a Escola do Prilhão. Afirmou que a Câmara tinha cedido o edifício em questão, através de um contrato de comodato, à Junta de Freguesia de Vilarinho e que esta autarquia tinha celebrado, posteriormente, um protocolo com a Associação dos Cinco Lugares, para a sua utilização. Disse ainda que, com vista à viabilização da apresentação de uma candidatura ao Aviso da Dueceira "Renovação das Aldeias", com vista à remodelação e funcionalização da referida escola, a Junta de Freguesia e a Associação não se teriam oposto a que o imóvel regressasse à Câmara Municipal. Disse que pretendia saber, se já havia alguma resposta à candidatura e se, neste momento, o edifício pertencia à Câmara ou à Junta da Freguesia. O munícipe terminou agradecendo ter sido aceite a sua intervenção, tendo em conta não ter conseguido ver o edital desta assembleia publicitado no sítio da Câmara Municipal. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra, cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e membros da Mesa, os Senhores Deputados, público, comunicação social e trabalhadores da Câmara Municipal. Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Paulo Magro, o Senhor Presidente afirmou, em relação à APIN, que a questão teria a ver com o facto de o Regulamento que a APIN usa ser o Regulamento do Município de Góis, que, conforme já tinha explicado anteriormente e foi esclarecido na Assembleia Municipal passada pelos representantes da APIN, a escolha tinha a ver com o facto de ser o regulamento que mais se aproximava daquela que era a proposta de regulamento que a própria empresa tinha criado. O Senhor

102-
27
X

Presidente acrescentou haver toda a conformidade relativamente à utilização e escolha desse documento. Sobre a escola do Prilhão, esclareceu o Senhor Presidente que o imóvel era propriedade da Câmara Municipal, mas que estava cedido à Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares, a qual afirmou *"tem desenvolvido um conjunto de diligências no sentido de potenciar o uso daquela infraestrutura"*. Referiu ainda o Senhor Presidente que a infraestrutura também tinha uso por um agrupamento de escuteiros que igualmente dinamizava algumas atividades naquele espaço, mas ter sido a Associação dos Cinco Lugares que apresentou a candidatura à medida referida, gerida pela DUECEIRA, a qual foi aprovada, pelo que *"irá ser desenvolvido o projeto de reabilitação e potenciação do valor daquela infraestrutura, no sentido de potenciar também, o projeto que a própria Associação dos Cinco Lugares desenvolve nos domínios em que intervém."* ---

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Dando continuidade à reunião a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu conhecimento, no período antes da ordem de trabalhos, da correspondência recebida desde a última reunião, a maioria da qual disse estar relacionada com a aprovação da moção na reunião do dia vinte e nove de junho, intitulada "Pela melhoria das Acessibilidades ao Concelho da Lousã". Nessa sequência elencou as seguintes comunicações: -----

1. Ofício recebido em vinte e sete de julho, remetido pelo Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República, a dar nota da receção da moção e a informar que tendo em consideração a matéria em causa, a mesma iria ser levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação (doc. nº 1 (um)); -----
2. Ofício do Gabinete do Primeiro-Ministro recebido em vinte de junho a acusar a receção da moção e a informar que a mesma mereceu a melhor atenção. (doc. nº 2 (dois)); -----
3. Ofício do Grupo Parlamentar do PCP do dia catorze de julho a acusar a receção da moção e também a informar que o seu conteúdo mereceu a melhor atenção (doc. nº 3 (três)); -----
4. Ofício do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda do dia treze de julho *"nos mesmos moldes."* (doc. nº 4 (quatro)); -----

5. A Senhora Presidente da Assembleia informou ainda ter sido rececionado um ofício do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra a comunicar a aprovação de duas moções naquela Assembleia, respeitantes aos pescadores. Dessas moções constava o dever de ser dado conhecimento a todas as assembleias municipais do país, pelo que, foi informado que, caso algum senhor deputado municipal quisesse ter acesso à documentação, poderia consultá-la. (doc. nº 5 (cinco)); -----

A Senhora Presidente da Assembleia continuou a sua intervenção no período antes da ordem de trabalhos, informando terem dado entrada duas moções, ao abrigo do artigo 19.º, alíneas d) e e) do Regimento, ambas apresentadas pelo Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar", intituladas "Pela Redução do IVA nas refeições escolares e na eletricidade" e "Em Defesa da Serra da Lousã – Silveira (S. Lourenço)" -----

A Senhora Presidente da Assembleia deu a palavra ao porta-voz da primeira moção apresentada, "Pela Redução do IVA nas refeições escolares e na eletricidade". -----

Tomou a palavra o **Senhor Deputado João Curvelo** que começou por apresentar os seus cumprimentos aos Senhores Deputados, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e à Senhora Presidente da Assembleia, ao público presente, à comunicação social e aos funcionários da Câmara. De seguida disse querer congratular a Senhora Presidente pelo novo espaço para as reuniões da assembleia municipal, o qual afirmou "muito melhor que o anterior". Seguidamente afirmou que o Grupo Municipal, Coligação PPD/PSD-CDS/PP "É Hora De Mudar", vinha *"através desta moção evidenciar a necessidade de serem aplicadas medidas que atenuem o agravamento fiscal e a inflação, que incompreensivelmente, se foram mantendo ao longo do tempo desde a troika e que impactam negativamente as famílias e as instituições."* Disse serem exemplo os aumentos de seis para vinte e três por cento, da taxa de IVA que incide sobre a iluminação pública e, de seis para treze por cento, no que respeita a refeições escolares. Acrescentou ainda o Senhor Deputado que *"atualmente, vivemos um período com inflação mais elevada do que estávamos habituados nas últimas décadas, especialmente agravado pela política de juros baixos e por vezes negativos do Banco Central Europeu que se arrastou por demasiado tempo"* e

PSX
ad
x

que, "como tal, a inflação apresenta-se como um "imposto" muito injusto porque afeta especialmente e desproporcionalmente os mais pobres e não permite à classe média obter o mínimo de poupanças com muitos a ter de recorrer a créditos com juros elevados." Assim, afirmou que "considerando que o agravamento da taxa de IVA sobre serviços essenciais, de cariz eminentemente social e de segurança pública, como é o caso das refeições escolares e a iluminação pública, foi estabelecido enquanto medida provisória, mas continua em vigor, apesar do fim do período de vigência do Programa de Ajustamento" vinha a bancada da coligação "É Hora de Mudar", PPD-PSD/CDS-PP recomendar ao Governo que o orçamento de estado para dois mil e vinte e quatro isentasse de IVA as refeições escolares e que o orçamento de estado para dois mil e vinte e quatro reduzisse para o mínimo legal, a taxa de IVA sobre a iluminação pública. O Senhor Deputado acrescentou ainda que o Grupo Municipal, Coligação PPD/PSD-CDS/PP, requeria o envio da moção à sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comunicação Social. -----

Tomou a palavra a **Senhora Deputada Margarida Correia** que cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereadores, os meios de comunicação social,

funcionários da autarquia e o público presente. Sobre a moção apresentada a Senhora Deputada afirmou que o Grupo Municipal do PS/Lousã iria votar favoravelmente a moção, mas que, não o fariam sem, no entanto, clarificar alguns pontos e justificar o voto respetivo. Disse entenderem que em vários pontos, o texto apresentado carecia de melhorias e de correções, sob pena de não ser devidamente considerado junto das entidades a quem se pretende remeter e poder ser considerado como apenas uma sugestão eleitoralmente simpática. Acrescentou a Senhora Deputada que "efetivamente, o país e o mundo atravessam uma situação económica complexa, caracterizada pela inflação, com o impacto que a mesma causa junto de toda a população, sem exceção, tendo inclusive, o atual governo implementado várias medidas no sentido de mitigar os seus efeitos." Disse não

AGX
edh
4

dever ser esquecido que "não foi este Governo, nem o PS, que aumentou a taxa do IVA sobre a eletricidade", e reforçou que, "ao contrário do que é mencionado no texto, este Governo não promoveu um agravamento fiscal." Disse ainda que o Grupo Parlamentar do PS entendia também pertinente relembrar, que uma discussão séria sobre matérias fiscais e mais concretamente o IVA, implica sempre uma distinção importante entre o efeito do IVA para os consumidores finais, como são as famílias, das entidades que são sujeitos passivos de IVA e que têm direito à sua dedução pelo exercício da sua atividade. Por último, a Senhora Deputada afirmou que "a reivindicação no que diz respeito às refeições escolares é, aliás, partilhada com a Associação Nacional de Municípios, a que nos associamos." -----

Dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, o mesmo referiu que "para contextualização", o município da Lousã tinha várias reivindicações relativas às medidas que os governos podem implementar que beneficiem o funcionamento das próprias autarquias e que tem feito chegar essas exigências, diretamente e também através do seu órgão representativo, a Associação Nacional de Municípios Portugueses que, "tem vindo a negociar algumas com êxito e outras, infelizmente, não têm obtido correspondência por parte do governo central." Disse também o Senhor Presidente que no sábado seguinte iria acontecer o congresso da Associação Nacional de Municípios, no qual uma das temáticas principais seria "esta mesma" e que podia acrescentar que "somos muito mais ambiciosos e exigentes do que aquilo que esta moção aqui traz, nós defendemos muito mais do que isto, defendemos, por exemplo, que o estatuto dos eleitos locais seja devidamente atualizado e adaptado aos tempos em que vivemos uma vez que é de mil novecentos e oitenta e sete e que seja conferida mais dignidade e enquadramento mais adequado ao exercício de cargos pelos eleitos locais, sejam eles de executivo municipal ou outros." O Senhor Presidente continuou a sua intervenção dizendo que exigem também que exista uma nova Lei de Finanças Locais, que crie melhores condições de funcionamento aos municípios, com mais reforço de verbas, atualização dos valores do FEF e, "no que diz respeito ao município da Lousã, que seja tido em conta, uma questão que consideramos injusta, comparativamente com outros municípios, que é o facto de sermos contribuintes líquidos, enquanto há outros municípios, que têm um universo

AS
of
X

muito maior de receitas, e que são considerados beneficiários líquidos". Referiu ainda o Senhor Presidente "uma outra exigência que já vem de há alguns anos e que, eventualmente, as senhoras e senhores deputados não conhecerão, mas que importa que conheçam, é que as autarquias locais são os únicos organismos que participam o funcionamento da ADSE", significando isso "que todos os tratamentos, todas as situações que os trabalhadores apresentem na ADSE são depois assumidos na totalidade pelos cofres dos municípios e das juntas de Freguesia". O Senhor Presidente afirmou ser uma situação absolutamente injusta e ser uma verba que os municípios, Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, têm assumido e que já estava assumido pelo governo que, no próximo orçamento, deixaria de existir esta participação por parte dos municípios. O Senhor Presidente acrescentou ser importante ter esta informação bem presente porque "têm sido valores muito significativos que saem do orçamento das Câmaras e das Juntas de Freguesia para esta participação dos tratamentos, dos serviços, das aquisições que têm a ver com saúde dos trabalhadores das Câmaras e das Juntas de Freguesia." O Senhor Presidente continuou a sua intervenção afirmando defender também, no âmbito da descentralização, "uma situação que já está a melhorar, mas que tem que ser ainda mais melhorada no próximo ano", a melhoria no que diz respeito ao reporte da informação, à sua simplificação e também o reforço do fundo de descentralização. Referiu que o IVA das refeições escolares "já é uma batalha antiga" e salientou que rever o valor das taxas de gestão de resíduos era uma outra batalha, assunto que julgava já ter sido abordado na assembleia, ao que acrescia ainda, no caso que mais diretamente diz respeito ao município da Lousã, permitir que as empresas intermunicipais de ambiente, a APIN no concelho da Lousã, tenham o mesmo regime de IVA que os municípios têm, para os fins de água, saneamento e resíduos, mas especialmente no que diz respeito às águas e saneamento. O Senhor Presidente disse serem "algumas questões que reivindicamos" e que terminaria com uma reivindicação "nacional e que a própria Associação Nacional de Municípios tem vindo a colocar e que tem de ser definida e que eu próprio ontem tive ocasião de evidenciar à Senhora Ministra da Coesão, que é ser criado um mecanismo que permita meios adequados para a reabilitação de vias municipais e de algumas infraestruturas

AX
ph
X

desportivas.” O Senhor Presidente esclareceu que, de acordo com as regras da Comissão Europeia ditou para este quadro comunitário e *“ainda com mais aperto no próximo quadro comunitário”*, estas situações não são elegíveis em termos de financiamento por fundos comunitários. O Senhor Presidente concluiu dizendo que *“resumidamente, estas são algumas das questões, mais genéricas, não questões mais específicas só do município da Lousã, questões gerais que afetam os municípios no seu todo e que importa resolver no sentido de as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia poderem ter melhores condições de servir as populações.”* -----

Colocada a votação pela Senhora Presidente da Mesa a moção pela “Pela Redução do IVA nas refeições escolares e na eletricidade” a mesma foi aprovada por maioria, com um voto contra do Partido Socialista (doc. nº 6 (seis));

Passando à segunda moção apresentada, intitulada *“Em Defesa da Serra da Lousã – Silveira (S. Lourenço)”*, a Senhora Presidente da Mesa chamou o Senhor Deputado Municipal do Grupo PPD/PSD-CDS/PP para apresentar a moção. --- Tomou a palavra a **Senhora Deputada Maria Fernanda da Franca** que apresentou os seus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, aos elementos da Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, aos Excelentíssimos Senhores Vereadores, aos elementos que constituem a Assembleia, às pessoas que estão a assistir ao ato, à Senhora repórter e todos os funcionários ao serviço da Câmara Municipal. Disse que a moção trata da defesa da Serra da Lousã, da Silveira de São Lourenço, que para o Grupo Municipal “É Hora de Mudar” da Coligação PPD/PSD-CDS/PP o desenvolvimento da Serra da Lousã devia ser integrado nas políticas florestais da Câmara da Lousã, envolvendo a comunidade, garantindo o respeito pelo ambiente, o património material e imaterial, os direitos de propriedade e a memória dos antigos habitantes. Disse que o sítio de S. Lourenço, constituído pela capela, anexos, fonte, parque de merendas e dois carvalhos com quase oitenta anos, estava situado na aldeia da Silveira de Baixo, atualmente desabitada, tal como os demais povoados próximos, em plena Serra da Lousã e que a Silveira de Baixo é um dos oito lugares deste concelho, no distrito de Coimbra, que integram a rede Aldeias do Xisto e que deve ser objeto da nossa

AX
af
X

preocupação. "Caracterizada por ser uma zona pobre sob o ponto de vista hídrico e florestal, com poucos recursos para a pastorícia, onde os povoamentos florestais eram autóctones e escassos e a falta de recursos hídricos eram uma realidade, esta zona foi muito afetada pelo abandono da população à procura de melhor vida, mas também por uma tragédia que foi eternizada num filme intitulado "O FIM DO MUNDO", que retrata a história do Senhor Constantino que, numa disputa pela água, cometeu um homicídio, matou uma das vizinhas, que naquele caso era metade da população." Referiu a Senhora Deputada que, sobre o Senhor Constantino, soube umas curiosidades: que ele foi preso, esteve na penitenciária de Coimbra, que entrou na Santa Casa da Misericórdia em mil novecentos e oitenta e seis e que acabou por falecer na década de noventa. Prosseguiu a Senhora Deputada alegando que, atualmente, é outra a história que pode vir a constituir uma tragédia, mas de outro tipo, uma tragédia ambiental, aparentemente relacionada com o aparecimento da sociedade Silveira Tech, a qual veio a adquirir uma vasta zona da Serra da Lousã, concentrada na zona da Silveira, São Lourenço, desconhecendo-se a área total já adquirida. Disse que esta empresa reivindica várias parcerias, nomeadamente, com a Câmara Municipal da Lousã, Aldeias de Xisto e a ARCIL, com vista a implementar um projeto que, de certeza, contou com o licenciamento/autorização da Câmara Municipal da Lousã e teve início conhecido dos trabalhos no ano de dois mil e vinte e três, pensava que em janeiro. Referiu ainda que do projeto consta, na Silveira de Baixo, um turismo para permanência a longo prazo e na Silveira de Cima, infraestruturas, mas que o que era certo era que o "que poderia parecer algo positivo para a Serra da Lousã tem levantado grandes preocupações para a comunidade local, para a União de Freguesias da Lousã e Vilarinho, para a Associação de Naturais e Amigos da Silveira de Cima, Silveira de Baixo, Salgueiro e Pé da Lomba, criada em dezoito de abril de dois mil e vinte e três, com vista a "apoiar a reinstalação dos antigos moradores, seus descendentes e amigos, acolhendo também eventuais investimentos que visem dar nova vida a estes lugares agropastoris, numa perspetiva de desenvolvimento integrado que respeite a sua identidade e promova a sustentabilidade ambiental e o emprego local" e que tem tido um papel muito relevante no acompanhamento da implementação deste projeto." Disse que

AX
afy

a entidade em causa "parece ser a única entidade preocupada com o que pode acontecer naquela zona da Lousã", mas que a verdade era que, desde o início do ano de dois mil e vinte e três, existiam muitas razões "para estarmos preocupados: Verificamos que existiu um corte raso de uma mancha significativa de floresta, segundo diz a associação, mas, por sua vez, a empresa diz que foi um povoamento com uma população de eucaliptos; existiu uma modificação do terreno em socacos, e que todas estas modificações de alteração do relevo florestal têm que ter autorização prévia da Câmara Municipal; existiu o corte da estrada pública junto a São Lourenço e existiu o corte de água da fonte de São Lourenço." A Senhora Deputada afirmou que "perante tudo o exposto a Associação São Lourenço denunciou, a vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, uma queixa ao Ministério Público, alegando crimes ambientais, mas não existe conhecimento formal/documental de que a Câmara Municipal tenha reagido, de alguma forma, ao que se passa naquela zona serra da Lousã." A Senhora Deputada concluiu a sua intervenção afirmando que atendendo ao exposto cumpria requerer à Assembleia Municipal que fosse requerido ao Município da Lousã a disponibilização de uma lista de toda a documentação como projetos, licenças, processos de contraordenação, queixas-crime e outros documentos relevantes relacionados com o supramencionado, ou seja, com os atos praticados, a todos os membros da Assembleia Municipal, bem como a necessária autorização para consulta da mesma. Em seguida a Senhora Deputada solicitou ainda que fosse requerido: "ao ICNF informação de se existe algum processo de inquérito sobre o corte de árvores ou de estradas na zona da Silveira", "à Agência do Ambiente (APA) informação de se existe algum processo de inquérito sobre o corte de água na zona da Silveira", e fosse convidada para a sessão da Assembleia Municipal o representante da Sociedade Comercial "Silveira Tech" para prestar esclarecimentos sobre toda a sua intervenção na zona da Serra da Lousã. Referiu ainda que este convite apenas deveria ser efetuado depois de ser concedido o acesso à documentação supramencionada. A Senhora Deputada acrescentou ainda que um dos sócios da sociedade "Silveira Tech" seria o mesmo que fez o projeto da Cerdeira e ser extremamente importante porque, "do que se lê, isto é tudo melhoramentos autofinanciados e não uma coisa que aconteça todos

AX
ah

os dias." Para terminar a Senhora Deputada Maria Fernanda da Franca expressou que o Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP apelava para a consciência ambiental de todos os membros da Assembleia. -----

Sobre a moção apresentada tomou a palavra o **Senhor Deputado João Santo** que começou por apresentar os seus cumprimentos a todos e felicitar pelo espaço onde decorria a Assembleia. Seguidamente disse pretender relembrar que, sobre esta questão da Silveira de Baixo, já tinha havido uma manifestação de preocupação por parte da Associação de São Lourenço, pelas movimentações de terras na Silveira de Baixo, a qual levou à apresentação de uma queixa no Ministério Público. Disse o Senhor Deputado que gostaria de saber se a autarquia tinha desencadeado algum procedimento para saber o que é que se estaria a passar no processo de exploração daquela zona, o qual afirmou *"tem trazido alguns problemas, como o corte de água, como todos sabem e tem sido publicitado na comunicação social."* -----

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** começou por pedir permissão para usar os *"cumprimentos dos seus antecessores"* e *"muito resumidamente"* afirmou que ao Grupo Municipal do PS interessava dizer neste ponto que não concordava, *"de maneira nenhuma"*, com os pressupostos, nem com os considerandos da moção. Acrescentou ainda não concordarem com *"alguns termos e a formulação que é usada, que não se adequa nem a esta situação, nem a uma moção"*, mas que, no entanto, não iriam inviabilizar nunca um pedido de acesso a informação, mesmo que *"este pedido pudesse ter sido feito utilizando outros meios, como prevê o nosso regimento, com um simples pedido de qualquer deputado dirigido à Mesa da Assembleia."* O Senhor Deputado concluiu afirmando que iriam votar favoravelmente porque não iriam inviabilizar esta situação, mas que dava nota da *"nossa não concordância com muitos dos termos, pressupostos e considerandos desta moção"*. -----

Dada a palavra pela Senhora Presidente da Assembleia ao **Senhor Presidente da Câmara** foi afirmado que *"a Silveira de Cima e Silveira de Baixo não fazem parte da Rede das Aldeias de Xisto"*. Disse ser esta a primeira *"contextualização"* que entendia pertinente. Em segundo lugar, o Senhor

AX
CB
7

Presidente disse que se falava da aquisição pela Silveira Tech, mas que pensava que, *"segundo informações públicas"*, esta entidade comprou à ARCIL que era a anterior detentora de um conjunto alargado de artigos, pelo que, já havia uma entidade que era detentora de um conjunto alargado de propriedades nesta aldeia. Prosseguiu o Senhor Presidente a sua intervenção alegando que *"depois, sim, a Câmara Municipal, a exemplo de outras entidades, tem uma parceria porque entende que naquilo que é o objetivo do projeto, da ideia, é um projeto que tem interesse e que acrescentará valor ao que é o potencial da Lousã e à sua diferenciação."* O Senhor Presidente acrescentou que o projeto *"terá de obedecer às regras, nomeadamente aos instrumentos de gestão urbanística em vigor no município da Lousã"*. Por fim, o Senhor Presidente deu *"uma última nota"* relativamente às participações feitas, nomeadamente, a que chegou na antevéspera da última assembleia municipal. Sobre o assunto informou que *"a Câmara Municipal reportou as mesmas, por se tratar de eventuais crimes ambientais, conforme dizia a própria comunicação"* que afirmou também ter sido recebida pelos senhores deputados, fez a participação à GNR, mais especificamente ao serviço especial de ambiente (SEPNA) e depois ter sido recebida a comunicação nos termos da qual *"de acordo com a ação inspetiva feita por aquele serviço, foram elaborados dois autos de notícia por contraordenação, por ações desconformes e ilegais à rede ecológica nacional e alteração ao relevo natural"*. Disse o Senhor Presidente que esses processos decorrem nas entidades que têm essa competência. Relativamente ao corte de água que disse ter sido também reportado, nomeadamente pela Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, à semelhança do que a própria Junta de Freguesia fez, remeteu também o assunto à Agência Portuguesa do Ambiente, no sentido de poder ser verificada a conformidade ou não das intervenções feitas pela empresa que está em apreço na moção. O Senhor Presidente disse que da parte da Câmara Municipal havia toda a disponibilidade para fornecer as informações que existem no momento, relativamente ao projeto desenvolvido pela entidade Silveira Tech. -----

Colocada à votação pela Senhora Presidente da Assembleia a moção apresentada pelo Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP *"É Hora de Mudar"* *"Em Defesa da Serra da Lousã – Silveira (S. Lourenço)"*, a mesma foi aprovada por

Ag
da
X

maioria, com uma abstenção do Partido Socialista (doc. nº 7 (sete)). -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Inscrições: António José Gonçalves, Maria Fernanda da Franca, Maria Antunes, Rui Morais, Ana Bandeira, Marco Sequeira, João Curvelo, Santinho Antunes e Joel Fernandes. -----

O **Senhor Deputado António José Gonçalves** apresentou os seus cumprimentos à Senhora Presidente, ao executivo, aos colegas membros da assembleia, ao público, à imprensa e aos funcionários da Câmara e começou por *"informar para quem gosta de andar de bicicleta e de trotinete"* que é muito perigoso falar ao telemóvel e conduzir a bicicleta ou a trotinete, *"se bem que, provavelmente, é legal"*. Disse também não poder deixar de ter reparado que *"finalmente foram colocadas as bolotas, junto aos cones de pedra e que vale a pena reclamar nesta assembleia"*. Disse que esta era uma vitória da coligação *"É Hora de Mudar"*, *"para os mais atentos essas bolotas foram finalmente colocadas e inclusivamente uma que lá estava a destoar foi também substituída, pelo que esta é uma vitória nossa"*. Referiu ainda o Senhor Deputado e *"para não ser acusado de estar sempre no contra"* que *"este é um espaço magnífico, estamos todos de parabéns, penso que será, possivelmente, neste momento, o melhor espaço para este tipo de eventos e outros"*. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse que gostaria de colocar algumas questões, ou melhor, a Coligação *"É Hora de Mudar"* gostaria de colocar algumas questões e *"nós gostaríamos de ver isto respondido de uma vez por todas, quer em tempo, quer em resolução, até para não ter de estar sempre a falar da mesma coisa"*. Nessa sequência questionou *"Para quando a requalificação do jardim da câmara?"* e *"Para quando o arranjo da estrada da Senhora da Piedade e dos passadiços?"*. Acrescentou o Senhor Deputado não poder deixar de reparar que junto ao Castelo, estão uns tubos vermelhos, vazios, que já lá estão há muito tempo e não faz a mínima ideia para o que são. Perguntou ainda *"As janelas da Câmara, são ou não são para substituir?"*, *"A Quinta da Nogueira, está resolvido ou não está resolvido?"* e *"O Edifício do Clube Vilarinhense, está legalizado ou não está legalizado?"*. Referiu ainda o Senhor Deputado que *"gostaria de chamar a atenção para o freixo que está na povoação do*

Freixo, que disse estar "completamente oco e ameaça ruir a qualquer momento, que, se calhar, era boa ideia cortá-lo". Prosseguiu o Senhor Deputado a sua intervenção, dizendo ter sido falado, através de uma moção apresentada pela colega Deputada Maria Fernanda da Franca, no abate de árvores, "mas na encosta do outro lado", "há dias, tinha ido de carro desde a Fonte Fria até ao Talasnal e Casal Novo e não poder deixar de reparar também naquele abate que para ali está de árvores, infindável", assunto sobre o qual gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se não tinha sido possível fazer alguma coisa para evitar aquela dizimação de tanta árvore cortada. Por outro lado, referiu o Senhor Deputado que o "mal já está feito", se estaria prevista alguma reflorestação daquele espaço porque, "quando vier o Inverno vai haver alguma erosão daqueles terrenos". O Senhor Deputado José Gonçalves continuou afirmando quer o Talasnal era talvez a aldeia que tinha mais vida no momento e na qual tinha sido embargada uma obra, à entrada, do lado esquerdo, obra essa a que a Câmara era alheia, mas questionou se "não há serviços de fiscalização para que se pudesse evitar aquela situação." Salientou que "aquilo agora vai ali estar dias e dias, para não dizer meses e, por outro lado, aquele largo parece um estaleiro, é um estaleiro permanente de obras". Questionou se "não será possível arrumar tudo aquilo, está sempre tudo desarrumado." Acrescentou que "por outro lado, para se fazer um tanque que, afinal era uma piscina, foram cortados carvalhos centenários." Por último o Senhor Deputado António José Gonçalves disse querer perguntar ao Senhor Presidente da Câmara qual era a mais-valia que a Volta de Espanha vai trazer à Lousã e quais os custos. Questionou se será que "nós também podemos fazer lá uma volta a Portugal em bicicleta?" e concluiu "parece que não acredito". O Senhor Deputado António José Gonçalves terminou dizendo que se o Senhor Presidente pudesse esclarecer as questões colocadas, o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" agradecia. -----

A **Senhora Deputada Maria Fernanda da Franca** fez referência à obrigatoriedade da existência do regulamento de gestão de povoamentos arbóreos e arbustivos nos espaços verdes do município da Lousã, documento para o qual foi enviado, prontamente, em maio de dois mil e vinte e dois, um contributo pela Coligação "É Hora de Mudar" com cerca de doze páginas,

para a execução do mesmo. Disse que, por motivos a que são alheios, ainda não foi publicado, nem saberem "se estará em vias disso ou se estará esquecido". Afirmou ser um documento de grande importância em virtude do concelho, em especial a freguesia da Lousã estar a ser objeto de um ataque bárbaro aos povoamentos existentes, que levaram dezenas de anos a desenvolver. Acrescentou ainda que, no documento, tinham sugerido também a criação de um parque temático, com a instalação de vários genes e espécies de ornamentais e fruteiras, com um corredor ecológico entre os diversos espaços verdes, devidamente identificados com o nome comum e com o nome botânico. Referiu ainda a Senhora Deputada que, neste ponto, com a colaboração da escola florestal, poder-se-iam instalar clones de espécies florestais, bem identificadas, complemento das aulas práticas de silvicultura. Acrescentou que, "assim, as escolas, com os alunos, poderiam ir visitar e observar os vários estados fenológicos das plantas ao longo do ano e ver as variações climáticas e as suas consequências." -----

A **Senhora Deputada Ana Bandeira** tomou a palavra saudando "a Mesa da Assembleia Municipal na pessoa da Senhora Presidente, o Executivo da Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, Presidentes da Junta, colegas membros desta Assembleia, comunicação social presente, colaboradores da autarquia e público presente". Referiu a Senhora Deputada que no âmbito da semana europeia da mobilidade urbana tinham decorrido na Lousã atividades organizadas pela autarquia em parceria com as quatro juntas de freguesia do concelho, agrupamento de escolas da Lousã, Projeto Voltinhas na Escola, Academia de Ciclismo da Efapel, Montanha Clube, Lesmas BTT, clube de pessoal da EDP e GNR Escola Segura. Referiu a Senhora Deputada que estas atividades "promovem a educação para o ambiente, com a recolha de resíduos em locais onde são depositados ilegalmente, caminhadas, trails, passeios de bicicleta em família, em circuito urbano, como forma de promoção de utilização responsável deste meio de transporte, divulgação do projeto oficina de segurança e mais uma edição da "Boleia Humana", vai a pé para a escola, que pretendem consciencializar os seus participantes para a mobilidade urbana sustentável incentivando mudanças comportamentais em favor da mobilidade ativa, do transporte público e de

AX
af

outras soluções de transporte limpas e inteligentes." A Senhora Deputada acrescentou ainda que a Câmara Municipal da Lousã, como forma de comemorar a semana europeia do Desporto, que decorria até trinta de setembro, tinha criado um programa aberto a toda a população com o objetivo de possibilitar a prática informal de um conjunto variado de atividades desportivas ao dispor dos munícipes que se pretendam inscrever e concluiu afirmando que *"a prática desportiva continua a ser promovida no concelho da Lousã"*. Para além destes *"importantes eventos"*, a Senhora Deputada disse ainda querer destacar o apoio às instituições desportivas do concelho que *"com cento e setenta e quatro mil euros, verba que se destina à atividades desportiva desenvolvida e que inclui o apoio dos transportes das coletividades, não esquecendo a manutenção dos equipamentos desportivos e outros apoios logísticos."* -----

Tomou a palavra a **Senhora Deputada Maria Antunes** para dizer que *"no começo de mais um ano letivo"* eram várias as questões que preocupavam e traziam instabilidade às escolas, alunos, professores, assistentes operacionais, outros técnicos, famílias e suas comunidades. Nessa sequência referiu que, *"este ano letivo arrancou com cerca de oitenta mil alunos sem professor a uma ou mais disciplinas, com a previsão da reforma de cerca de setecentos e vinte e seis professores, só nos meses de setembro e outubro, números que, só por si, indicam que algo não está realmente bem na educação no nosso país."* Acrescentou que, *"a juntar a estes dados temos outros aspetos que merecem igualmente a nossa referência e reflexão como o elevado número de alunos por turma, a escassez de recursos humanos e materiais, a necessidade de atualizar os valores definidos pela Ação Social Escolar (ASE), tendo em conta a atual difícil situação económica e social com que a maioria das famílias se deparam, o clima de insatisfação da classe docente, a dificuldade patente nos jovens em perspetivar um futuro aliciante, refletida também em números preocupantes, cerca de cinquenta e um por cento de aumento relativamente ao ano passado, no que se refere à criminalidade juvenil, delinquência, depressão e suicídio juvenil."* A propósito a Senhora Deputada afirmou que *"números e dados como estes fazem-nos a todos refletir e concluir que a escola e a educação não estão no caminho certo"*.

As.
ch

No que diz respeito "concretamente, ao nosso concelho", a Senhora Deputada disse terem "a acrescentar o elevado número de crianças com necessidades educativas especiais que frequentam atualmente as nossas escolas, apoios educativos técnicos e especializados em número muito reduzido para as necessidades, as obras urgentes de requalificação da escola secundária, a falta de oferta educativa que já se começa a verificar para o ensino secundário, após o término do nono ano, especialmente em áreas como artes e desporto, bem como ainda a "fuga" de alunos de diferentes ciclos para Coimbra, com particular incidência para frequência do ensino secundário." Afirmou ainda que "esta "fuga," que tem vindo a aumentar", ainda era pouco visível nos números totais de alunos e turmas lançados no ano letivo em curso, devido ao número considerável de emigrantes, que passaram a residir no nosso concelho. Disse que "perante tudo isto, a coligação "É HORA DE MUDAR" PPD/PSD-CDS expressa aqui a sua apreensão sobre as condições com que todos os envolvidos no processo educativo, em geral, presentemente, se deparam e, no nosso concelho em particular, bem como as graves consequências que a ausência de respostas e medidas inviabiliza a educação de excelência que todos desejamos para os nossos alunos". Para terminar a Senhora Deputada disse querer deixar algumas questões que se justificavam, pela sua pertinência e relevância: "Quais, como e quando começam a ser implementadas nas nossas escolas as novas ferramentas, como por exemplo novas plataformas que visam a identificação precoce de casos, anunciadas pelo governo PS e inseridas na continuidade das políticas educativas no que diz respeito à Educação Inclusiva?", "Qual o ponto de situação do que diz respeito ao início das obras de requalificação da escola secundária?" e "Como está a decorrer o processo de descentralização de competências na educação no nosso concelho, quais as fragilidades já identificadas e que medidas foram implementadas para a sua otimização?". --

O **Senhor Deputado Rui Morais** cumprimentou a Senhora Presidente e restante Mesa, o Senhor Presidente e Senhores Vereadores, os colegas Deputados, o público presente, comunicação social e funcionários da autarquia. Seguidamente disse o Senhor Deputado que "no que é relativo à transferência de competências na ação social e, após a autarquia ter assumido mais

AX
ch
Y

competências na área social, no início de abril do corrente ano, questiona-se se, efetivamente, foi obtida uma dotação destinada a recursos humanos e subsídios eventuais de cerca de duzentos e cinquenta mil euros anuais?" Salientou que tal questão importava atendendo a que "a Autarquia será a responsável pela celebração e acompanhamento da inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção (RSI), além do atendimento das famílias acompanhadas pelo Instituto de Segurança Social", pelo que, afirmou ir ser maior a responsabilidade, face à necessária expansão dos quadros técnicos para que haja uma maior intervenção na análise das vulnerabilidades sociais e encaminhamento de casos pontuais, fora deste âmbito, para outros organismos específicos. Nessa medida, afirmou ser importante perceber: "Qual o número de famílias apoiadas por este serviço?", "Quanto técnicos estão no ativo para esta ação?", "Quais as instalações beneficiadas e para que efeito?", "Se também estão previstos subsídios eventuais para efeitos de saúde, alimentação, entre outros? E, por último, "Se atendendo a tudo o exposto, o Senhor Presidente considera ser esta verba suficiente?". -----

O **Senhor Deputado Marco Sequeira** começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, a Senhora e Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, colaboradores da autarquia, comunicação social, e público presente. Referiu que "no seguimento de uma preocupação já várias vezes demonstrada pelo Partido Socialista da Lousã, pela Juventude Socialista da Lousã e, essencialmente, por afetar muitos Lousanenses diariamente", gostaria de questionar o Senhor Presidente se havia alguma novidade em relação ao melhoramento da sinalização horizontal da Estrada Nacional 17. -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** prescindiu de fazer a sua intervenção. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** apresentou os seus cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal na pessoa da Senhora Presidente, ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor Presidente, aos Excelentíssimos colegas da Assembleia Municipal, comunicação social presente, funcionários da Câmara. O Senhor Deputado disse querer começar por evidenciar ter tido

AG
ch

conhecimento que o Deputado António Agostinho de Carvalho não tinha sido convocado, pelo que devia ser retificada a ausência, não por falta, mas por falta de convocação. Disse agradecer a confirmação desta informação para que conste da ata corretamente. Disse ser também este o assunto que o levava a fazer a presente intervenção, isto é, que o grupo Municipal "É Hora de Mudar" pretendia *"de forma expressa manifestar o seu repúdio pela forma como as reuniões da assembleia têm sido publicitadas, sendo a última vez que o vai fazer de forma declarativa."* Acrescentou que a presente crítica ainda era feita *"de forma construtiva, mas consideramos que isto ainda vai mudar."* Disse *"não podemos deixar de mencionar a nossa total discordância pela forma como as reuniões têm sido publicitadas junto dos Lousanenses"*, sublinhando que *"esta crítica já foi feita por duas vezes, aquando da intervenção da administração do metro Mondego nesta Assembleia e, aquando da intervenção da APIN nesta Assembleia, em que dos editais não constava tal presença, nem dela foi dada publicidade."* Acrescentou ainda ser certo que *"para esta reunião não existiu sequer no Facebook da camara municipal qualquer publicitação da mesma, nem sequer no Trevim, algo que verifiquei que a União de Freguesias da Lousã efetuou para a sua Assembleia, impedindo os lousanenses de exercerem o seu direito, a sua liberdade de intervenção na assembleia, mediante inscrição atempada ou de a ela assistir."* Afirmou ainda não ter tido possibilidade de passar pela Câmara Municipal a horas, *"como muitos lousanenses não passam, para verificar da afixação do edital, mas como se torna óbvio tal procedimento, mesmo que lá esteja, é insuficiente para o que se pretende com a publicidade do edital, requerendo que a Mesa e esta Assembleia utilize todos os meios possíveis e à disposição, como o facebook e o site da camara municipal para cumprir com os desígnios da publicidade nos locais de costume, como está definido."* Acrescentou o Senhor Deputado que na busca que fez lembrou-se de fazer uma coisa *"por curiosidade"*: no site do facebook da camara disse ter pesquisado por *"assembleia municipal"* e, para sua surpresa, nada ter encontrado. Referiu que tal o deixava também *"um pouco reticente, quanto ao respeito demonstrado pelo trabalho aqui desempenhado"*. O Senhor Deputado expressou sobre o assunto *"Certo é que mais uma vez o público a assistir é reduzido, quase inexistente, com muito respeito pelo Senhor Paulo que nos acompanha, nem a*

AX
ch
X

intervir e parece que estamos confortáveis com esta situação, mas certo é que não estamos." O Senhor Deputado disse querer ainda referir e que informava o Senhor Paulo que "existe efetivamente um grupo trabalho constituído para revisão do regimento, que se espera poder trazer à discussão na especialidade estas e outras situações e que, por isso, hoje é esta situação que deixamos aqui para ser melhorada para a próxima assembleia, esperando que tal venha a acontecer." -----

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** começou por dizer que, apesar de não ter sido feito nenhum voto, pensar que toda a assembleia concordaria que *"mais uma situação trágica que vivemos no nosso planeta, com um terramoto e as consequências que o mesmo teve em Marrocos"*. Afirmou pensar que a nacionalidade não era o mais importante no caso, mas que o terramoto envolveu também portugueses, várias vítimas mortais, muitos feridos e uma grande destruição, pelo que, disse pensar que toda a assembleia se solidariza com as vítimas e afetados. De seguida o Senhor Deputado fez alusão a um assunto a que o Grupo Municipal do PS faz sempre referência nas assembleias e que *"continuaremos a referir até ao dia em que o assunto estiver resolvido, porque sempre reivindicamos por ele, continuaremos a reivindicar e sempre assumimos nesta assembleia que iríamos estar atentos e continuaremos."* Afirmou ainda *"procuramos sempre soluções para o futuro e neste caso refiro-me ao sistema de mobilidade entre Serpins e Coimbra, na sua globalidade, naturalmente, que é importante, embora a nossa prioridade seja claramente o transporte entre a localidade de Serpins e a cidade de Coimbra."* Esclareceu o Senhor Deputado que, quando estava a referir a globalidade certamente seria com a linha do hospital e todos os seus acessos. Afirmou *"temos muitos sinais positivos deste processo, mas recentemente, talvez por alguma desinformação, alguma confusão, um sinal negativo na comunicação social, portanto gostaria que se o Senhor Presidente tivesse alguma informação sobre este assunto que nos pudesse esclarecer."* Em seguida o Senhor Deputado Joel Fernandes referiu *"porque estamos numa Assembleia, também refletimos sobre o que os nossos colegas deputados, sobre o que todos dizemos, sem nenhum teor partidário ou político, eventualmente a nação Portugal chegará a uma altura em que terá que se preocupar com um debate a fundo sobre a valorização da carreira de professor."* Acrescentou o Senhor Deputado que,

AX
ob

de há muito tempo para cá, a carreira de professor conhece avanços e recuos e que *"no meu entender, será um sinal de futuro do país a sua valorização"*. -----

A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu todas as intervenções e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara a fim de prestar as informações e esclarecimentos tidos por convenientes e oportunos neste período antes da Ordem do Dia. -----

O **Senhor Presidente** tomou a palavra começando por fazer referência à *"requalificação do jardim da Câmara Municipal da Lousã"*, assunto sobre o qual afirmou que *"a perspectiva que o executivo tem e que não tem conseguido, infelizmente que tenha o avanço que seria desejado e necessário, é fazer uma intervenção, para além da requalificação do existente, que permita criar outras valências naquele espaço."* O Senhor Presidente acrescentou *"Já temos feito diversos contactos, temos um projeto delineado, mas, de facto, ainda não foi possível conseguir as condições adequadas para a requalificação daquele espaço que tem o objetivo de ser mais do que apenas a requalificação daquilo que está hoje à vista e que já reconheci anteriormente, de facto, não está da forma que todos gostaríamos e que seria necessário."* Relativamente à Estrada Municipal que liga a Lousã à zona do Castelo, das Ermidas e da Senhora da Piedade, o Senhor Presidente afirmou ser uma intervenção que estava a ser preparada e que ia ser executada com base no estudo e projeto desenvolvido *"por uma entidade que tem estado a desenvolver os estudos necessários para que essa intervenção seja executada de forma adequada e mobilizando os meios, tendo as características técnicas adequadas para a intervenção que tem que ser realizada e, conforme já referi nesta assembleia anteriormente, tem a ver com estabilização em alguns pontos, naquilo que diz respeito aos taludes e às massas existentes e à estabilização das plataformas existentes naquela via."* Sobre este tema o Senhor Presidente concluiu *"é nisto que estamos a trabalhar e até ao final do mês de outubro, início de novembro, teremos condições para fazer o lançamento do procedimento de contratação pública necessário, para depois fazermos a intervenção que é necessária realizar, de acordo com esse estudo e com as avaliações feitas por essa entidade, que no caso é o*

AX
shy

ITECONS." Sobre o edifício dos Paços do Concelho, afirmou o Senhor Presidente que "aquilo que já disse anteriormente é aquilo que hoje aqui mantenho", que o que irá ser feito "é o decorrente do processo existente e, portanto, irá ser resolvido de acordo com essas indicações." Relativamente à Quinta da Nogueira, o Senhor Presidente disse não ter nenhuma informação em relação à questão e no que respeita ao Clube Recreativo Vilarinhense informou que têm sido feitas reuniões entre a Câmara Municipal e a Direção e "é uma situação que está no sentido de ser resolvida". Sobre a árvore, "o freixo do Freixo", o Senhor Presidente disse ser uma situação prevista e que em breve seria realizada, com a devida avaliação ao "estado de saúde da árvore e à sua debilidade" e que seria feito o serviço por empresa especializada, de acordo com as diligências já efetuadas pela Câmara Municipal. Relativamente aos abates na Serra da Lousã disse o Senhor Presidente que, conforme já tinha referido anteriormente, era uma situação "que desagrada à Câmara Municipal, temos feito várias participações a várias entidades, IGAMAOT, ICNF, GNR, nomeadamente os serviços de ambiente", que "as operações que têm sido desenvolvidas estão licenciadas pelo ICNF", que "esse Instituto tem vindo a dizer que os cortes estão adequados", mas que "essa não é a opinião da Câmara Municipal e, portanto, temos feito as várias participações e que, aquilo que posso dizer, é que em alguns pontos da serra, nomeadamente com estas últimas chuvas fortes, já tivemos consequências, escorrimientos, deslocações de massas de terra, que têm a ver com esses abates da forma como têm sido feitos." O Senhor Presidente afirmou que estes abates rasos, tinham de facto esses impactos negativos. Sobre a aldeia do Talasnal, afirmou o Senhor Presidente que, "de facto, a eira, em função dos trabalhos ali desenvolvidos por privados não tem estado nas condições que seria desejável", que "em termos urbanísticos, há situações que são conhecidas da Câmara e cuja intervenção é feita" e que "no caso deste embargo, o proprietário terá agora a possibilidade e, com prazo definido, de corrigir a situação e poder dar continuidade aos trabalhos." O Senhor Presidente fez uma ressalva, afirmando "penso que estamos a falar da mesma situação". Relativamente à etapa da "Vuelta 2024", o Senhor Presidente da Câmara afirmou que, "no dia dezanove de agosto, ficam todos convidados, desde já", que as mais valias seriam mais verificáveis no ano seguinte, que

AX
ch
x

havia um acordo estabelecido e que "os valores são valores perfeitamente ajustados, relativamente até a certames nacionais" que "em mil novecentos e noventa e sete a volta a Espanha já saiu de Portugal", "a própria Volta a Portugal já foi fazer etapas a Espanha, a própria Vuelta já saiu de França, a própria Volta a França já saiu do Luxemburgo, da Alemanha e de outros locais". O Senhor Presidente alegou sobre o tema "são estratégias de promoção, desenvolvimento da modalidade e dos próprios eventos" e que aquilo que podia dizer era que "só a estrutura mais específica da Vuelta, entre organização, estrutura de apoio e equipas significa três mil pessoas", o que afirmou terá um impacto positivo não só na Lousã, mas em toda a região. Foi ainda dito pelo Senhor Presidente que "a Vuelta, dentro do desporto, é dos eventos desportivos de maior dimensão, maior prestígio e mediatização, nomeadamente na Europa e é só transmitido para cerca de duzentos países", pelo que, também através disso, pensar que, em termos de promoção e mediatização da Lousã, o efeito será bastante significativo e tanto o impacto direto, como indireto, bastante superior ao investimento feito pelo município. Por fim, o Senhor Presidente referiu ainda que "eventualmente, existiriam mais cento e setenta e quatro municípios interessados em poder ter uma partida ou uma chegada da Vuelta". Sobre a intervenção da Senhora Deputada Fernanda da Franca esclareceu o Senhor Presidente que o que tinham apresentado como contributos, os quais agradecem e reconhecem, eram contributos para o Regulamento Arbóreo Urbano e que não tinham a ver com o Regulamento do Espaço Florestal. Disse o Senhor Presidente que para o Regulamento Arbóreo Urbano recolheram contributos, "temos o nosso trabalho feito em termos municipais" e ter ficado convencionado que a sua elaboração e formulação final era feito no âmbito da CIM Região de Coimbra para os dezanove municípios que a compõem, mas ser um facto, "ser verdade e nós reconhecemos que apresentaram os contributos e esperamos que no âmbito da CIM, possamos a breve prazo, submeter essa versão final a esta Assembleia". À Senhora Deputada Ana Bandeira respondeu o Senhor Presidente que "esperamos continuar, pelo menos, a apoiar desta forma o associativismo desportivo e o desporto, a prática informal, sempre com o foco prioritário naquilo que é o desporto de formação e aquilo que é o seu contributo naquilo que é a formação mais integral e plena das crianças e

jovens." O Senhor Presidente acrescentou "é bom verificar o bom desempenho que nos diferentes desportos vai acontecendo." Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Maria Antunes, o Senhor Presidente agradeceu a questão sobre a Escola Secundária, porque a mesma permitia dar uma "informação que consideramos pertinente, que tem a ver com o projeto da escola secundária". Disse o Senhor Presidente que, conforme disse já ter tido oportunidade de referir em assembleias municipais anteriores, o projeto da escola secundária foi candidatado pela Câmara Municipal e que "felizmente, com vantagens para todos nós, na última reprogramação do PRR foi possível ter mais verba para a educação, nomeadamente, para a modernização dos equipamentos escolares que estão no âmbito da descentralização". Afirmou o Senhor Presidente que, "em função disso, aquilo que posso dizer a todos os deputados é que a candidatura do Município da Lousã já está avaliada, quer pela CIM da Região de Coimbra, quer pela CCDRC e que a CCDRC só está a aguardar a abertura do aviso no âmbito de PRR, que será no mês de outubro, segundo informação de que dispomos e que foi ontem também apresentada pela Senhora Ministra da Coesão em reunião de trabalho que tivemos e que a nossa candidatura migrará para esse aviso, com vantagem, desde logo, pela taxa de comparticipação que é a cem por cento no PRR". Acrescentou o Senhor Presidente que "em função daquilo que é o seu estado em termos de avaliação, será um processo rápido, relativamente ágil, de consumação da aprovação no âmbito desse aviso" e que "depois desta situação cumprida e da aprovação, o município da Lousã lançará o concurso público, que será um concurso público de sete virgula nove milhões de euros". Foi ainda esclarecido pelo Senhor Presidente que o concurso público terá uma tramitação inerente às regras da contratação pública e aos prazos de emissão de visto pelo Tribunal de Contas, mas que a Câmara Municipal estará atenta em permanência e pretende que o procedimento de contratação pública seja lançado o mais rapidamente possível, após a aprovação da candidatura no âmbito do PRR. Sobre o mesmo assunto, informou ainda o Senhor Presidente que "ao mesmo tempo e no âmbito do processo de descentralização, temos outra escola sinalizada, a Escola Secundária como urgente, a EB2 como prioritária, temos vindo a desenvolver o projeto, e posso hoje aqui dizer que está agendado para a

19.
17

próxima reunião do executivo a aprovação do projeto relativo à modernização da EB 2 da Lousã e que também iremos depois submeter a aviso, também no âmbito do PRR." O Senhor Presidente referiu ainda que "também essa intervenção, de acordo com os dados já existentes, orça praticamente em cinco milhões de euros, mais de quatro virgula oito milhões de euros, aquilo em que importa o valor orçamento para a modernização/beneficiação da escola EB 2 da Lousã." O Senhor Presidente concluiu este assunto, afirmando que "serão dois investimentos, no conjunto, que, tendo como referência só o valor base dos concursos que vão ser lançados, estamos sempre a falar de treze milhões de euros e que, eventualmente, poderá haver situações adicionais, mas serão investimentos e intervenções substantivas e de qualificação de dois equipamentos escolares importantes." Relativamente à plataforma escolar referida, o Senhor Presidente disse não ter informação concreta, que tinham conhecimento do que era o "desígnio ou objetivo do governo", e que aguardavam que essa situação pudesse também ser operacionalizada no concelho da Lousã. Relativamente à descentralização de competências, o Senhor Presidente informou que, até ao momento, no global, as situações estavam a correr de forma correta e adequada e que, algumas questões que foram registadas, estavam a ser reportadas, contempladas e atendidas. Disse ser um processo que é acompanhado diariamente, com correspondentes avaliações e interações, quer com os agentes educativos do concelho, quer com os outros organismos a nível regional e nacional. O Senhor Presidente afirmou que "o que tem sido mais difícil neste âmbito tem sido o que referi já atrás, que tem a ver com a necessidade de agilizar, de descomplicar o reporte de informação, que se torna pesada, exigente e consome tempo e recursos, nomeadamente, recursos humanos que têm que estar envolvidos nesse reporte de informação." Sobre a oferta formativa o Senhor Presidente disse que "de facto, não é possível, conseguirmos ter todas as ofertas formativas no concelho. No que diz respeito especificamente às artes, essa é uma situação que de facto não existe. No que diz respeito a desporto não é assim tanto porque, de facto, existe uma oferta, ainda que de âmbito diferente, mas no âmbito da Status, Escola Profissional, existe essa oferta no âmbito do desporto e, portanto, é possível os jovens poderem ter a possibilidade desta escolha dentro do

concelho da Lousã." Relativamente às necessidades educativas especiais, o Senhor Presidente afirmou "sim, é uma situação que de facto tem uma expressão maior no nosso concelho e que já não é deste ano". Acrescentou que "temos implementado medidas no sentido de criar as melhores condições e que não são medidas só da câmara municipal, mas em parceria com o agrupamento e também, nomeadamente, com a ARCIL." Referiu ainda o Senhor Presidente ser uma situação "que temos reportado e que se impõe que o estado central, o governo, tenha medidas diferentes para uma situação que é diferente, que precisa, de facto, de outras condições e meios humanos e equipamentos diferenciados." O Senhor Presidente não deixou, no entanto, de afirmar que "temos feito investimento adicional, ano após ano, no sentido de criar as melhores condições para que estas crianças e jovens tenham as melhores condições, ainda que saibamos que, de facto, em várias dimensões, não é aquilo que todos gostaríamos e que seria necessário." No que diz respeito ao "movimento de alunos", o Senhor Presidente disse que "existiu sempre, desde que eu me conheço, essa possibilidade e facto", mas que "do ano letivo anterior para este, de acordo com os números que dispomos, existe, é um facto, mas, nomeadamente para Coimbra, não é um número assim tão significativo relativamente às inscrições no agrupamento de escolas da Lousã." Em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Morais, o Senhor Presidente respondeu que, depois das negociações que foram feitas e das melhores condições proporcionadas, até ao momento, as condições que foram acordadas entre o município e o governo revelavam-se adequadas, que a "área social é sempre uma área complexa e exigente e também nesta área nós temos vindo e iremos recrutar mais pessoas no sentido de dar respostas mais adequadas a toda a comunidade, que não são só as que decorrem do processo de descentralização, são um conjunto de outras questões e intervenções que fazemos na comunidade, em diferentes segmentos etários e nas diferentes vertentes que é necessário". Ao Senhor Deputado Joel Fernandes, o Senhor Presidente respondeu que, relativamente ao Sistema de Mobilidade do Mondego, o que tinha para informar aos Senhores Deputados era que "o que foi enunciado já por mim em assembleias municipais anteriores e outros momentos, e aquilo que também o Senhor Presidente do Conselho de Administração teve oportunidade de transmitir, é

AX
ab

aquilo que hoje se mantém, que o trabalho continua a ser desenvolvido no sentido de colocar o sistema a transportar pessoas, dentro dos calendários que foram referidos." Relativamente à temática colocada pelo Senhor Deputado Marco Sequeira, o Senhor Presidente da Câmara informou "a nossa intervenção é quase diária, escrita várias vezes, tive oportunidade de ter uma reunião com o Senhor Ministro sobre outros assuntos em que também abordei esta questão, mas o que é facto é que, de acordo com a informação que a Infraestruturas de Portugal nos passa, a intervenção na Estrada Nacional 17, nomeadamente em termos de sinalização horizontal só está prevista para o ano dois mil e vinte e cinco e, no que diz respeito à Estrada Nacional 342, a previsão é primeiro trimestre de dois mil e vinte e quatro." O Senhor Presidente disse serem informações que não correspondiam àquilo que "achamos que é necessário e, portanto, vamos continuar a insistir, nomeadamente, junto do Ministério das Infraestruturas e da Administração da Infraestruturas de Portugal, no sentido de que possam aligeirar ou diminuir estes prazos relativamente às intervenções que são necessárias." Por fim, o Senhor Presidente referiu ainda que, no que respeitava à Educação, nas suas várias dimensões, o investimento que a Câmara fazia, em cada ano letivo, era superior a dois milhões de euros, em diferentes vertentes, algumas mais conhecidas, mas outras que "não existirão nalguns outros concelhos". Referiu ainda "determinadas projetos, plataformas e ferramentas que disponibilizamos à comunidade escolar no sentido de que, tendo acesso a essas ferramentas, possam ter uma formação mais completa e estimulante relativamente a determinadas temáticas" e que "vamos procurar continuar a corresponder da melhor forma, às diferentes vertentes, seja na dimensão material, seja na dimensão imaterial do processo de ensino e aprendizagem, naquilo que são as competências da Câmara Municipal". -----

O **Senhor Deputado Rui Morais** alegando pensar tratar-se de um lapso, reiterou as suas questões: "Qual o número de famílias apoiadas por este serviço?", "Quantos técnicos estão no ativo para esta ação?", "Quais as instalações beneficiadas e para que efeito?", "Se também estão previstos subsídios eventuais para efeitos de saúde, alimentação, entre outros?". -----

O **Senhor Presidente** informou não ter esses dados presentes no momento, mas que iria solicitar que fossem reunidos e prestada a informação. -----

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu os esclarecimentos e informou que, antes de passar à ordem de trabalhos pretendia deixar duas notas. A primeira relativa à intervenção do Senhor Deputado Santino Antunes em relação à convocatória ao Senhor Deputado António Agostinho de Carvalho. Disse que o Deputado efetivamente tinha sido convocado, *"deram-me conhecimento do email e recebeu toda a documentação e a ordem de trabalhos também."* Em segundo a Senhora Presidente fez referência ao assunto da publicitação da Assembleia Municipal afirmando *"a indicação que tenho é que decorreu dentro dos trâmites normais, mas irei ver se houve alguma falha e depois informarei"*. Seguidamente a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão dos pontos da ordem de trabalhos. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 – Apreciação de uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal bem como da situação financeira. (doc. nº 8 (oito)).

Inscrições: António Gonçalves, João Curvelo, Santinho Antunes, Sérgio Pedroso, Helena Correia, Luís Martins, Ana Bandeira, Joel Fernandes e Rui Morais. -----

Dada a palavra ao **Senhor Deputado Rui Morais** disse que a sua questão era uma nota relativa a um comentário que foi feito, que na oferta de ensino, *"não se pode confundir ensino profissional com ensino genérico, dito ensino regular porque uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa"*, que o Senhor Presidente tinha dito que tínhamos uma oferta no desporto, que tínhamos a Status, pelo que questionava se efetivamente o Senhor Presidente não diferencia o ensino profissional do ensino genérico. -----

A **Senhora Deputada Helena Correia** cumprimentou na pessoa da Senhora da Presidente da Assembleia, a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, os Vereadores, funcionários da autarquia, público, elementos da Assembleia e colegas Presidentes de Junta. A Senhora Deputada disse acerca

AX
cyh

da informação, nomeadamente, no ponto da informação sobre a Direção Geral do Território, perguntava se havia mais alguma informação sobre a constituição da AIGP e respetivo plano de gestão, uma vez que será uma questão transversal e que poderá resolver e responder a algumas das questões aqui levantadas, com as quais a Junta de Freguesia se identifica, nomeadamente, agora, com a questão da erosão, com o aproximar do inverno, com a questão das estradas na serra. Concluiu dizendo que a sua pergunta era *"se há mais algum desenvolvimento, qual o ponto de situação da constituição da AIGP e do plano de gestão"*. -----

O **Senhor Deputado João Curvelo** disse ter sido noticiado em vários órgãos de comunicação social que as obras do metro Mondego voltaram a atrasar, que o troço suburbano estará apenas concluído no final de dois mil e vinte e quatro e a parte urbana já só no final de dois mil e vinte e cinco, por isso, gostaria de perguntar se confirmava estes prazos. Disse que, a respeito do assunto, tinha encontrado uma publicação da Câmara Municipal da Lousã com dez anos, de dois mil e treze, que apelava à deslocação para dois mil e catorze, à residência oficial do Primeiro-Ministro e passou a citar: *"manifestando o nosso descontentamento relativamente ao processo do Metro Mondego, ramal da Lousã. Exigimos que o Governo honre o compromisso e que o projeto seja concluído"*. Disse o senhor Deputado que, segundo a publicação, a Câmara disponibilizou deslocação gratuita e constava até o email do, agora Vereador João Santos, para fazer a confirmação. Afirmou que *"dez anos depois ainda não temos o metro concluído, mais uma derrapagem para um ano depois e todo o projeto para dois anos depois, por isso, Senhor Presidente, gostava de o questionar quando é que nós vamos deslocar-nos à residência do Senhor Primeiro-Ministro para nos manifestarmos por estes atrasos, nem que seja só por uma questão de coerência política."* -----

Dada a palavra ao **Senhor Deputado António José Gonçalves**, o mesmo começou por dizer que *"há bocadinho esqueci-me de este espaço é tão magnífico que era bom que se transmitissem estas assembleias via facebook"*. Acrescentou *"temos até inclusivamente espaço para o público, infelizmente só temos ali três pessoas, serão sempre bem-vindas"*. O Senhor Deputado continuou a sua intervenção, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, a

AX
al
77

quem disse que "as suas respostas às questões fazem lembrar alguém do seu partido que, no ano passado, estava a arder a Serra da Estrela e alguém disse "a Serra da Estrela vai ficar mais bonita". Vão lá ver como ela está e o Pinhal de Leiria, vão ver como está e Pedrogão Grande vão ver como está." Disse o Senhor Deputado que queria dizer que as respostas do Senhor Presidente não eram conclusivas e que, infelizmente, teria que, nas próximas assembleias, voltar a focar nestas questões. Relativamente à informação escrita, o Senhor Deputado António José Gonçalves afirmou "continuamos sem datas". Após análise, "já falei desta situação da variante à Estrada Nacional 342, não vejo aqui qualquer reunião com as infraestruturas de Portugal, continuamos exatamente na mesma, a estrada continúa um autêntico perigo, a estrada mal sinalizada, nomeadamente na área de serviço, continua a haver estacionamento do lado direito, continua a haver estacionamento do lado esquerdo, o nó dos Pegos não arranca, estamos exatamente na mesma." Quanto à requalificação do cineteatro o Senhor Deputado afirmou "Senhor Presidente, se tiver coragem de nos dizer qual é a derrapagem do cineteatro, nós agradecemos." Continuou alegando que "com o dinheiro que lá foi gasto a mais, o Grupo Municipal "É Hora de Mudar" até via com bons olhos a aquisição da casa que está à venda na Avenida do Brasil por cerca de um milhão de euros." Relativamente à requalificação na zona do Novo Banco, afirmou que há muito que a Câmara Municipal tinha acabado com a profissão de calceteiro, não havendo calceteiro na câmara, "mas daí a alagar a calçada que lá estava para colocar uma nova laje, aliás ali naquela zona nós vamos ter três tipos de calçada, parece que nós não precisamos dos paralelos para nada." Disse ainda o Senhor Deputado ter-lhe vindo à memória outra situação: "para quem se lembra da Lousã há uns anos, o que foi feito daqueles paralelos que estavam na zona da estação, na zona Rua do Comércio até, possivelmente, à Rua do Hotel, para onde foram esses paralelos?" O Senhor Deputado interpelou "se conseguir responder Senhor Presidente, nós agradecemos." Para finalizar a sua intervenção o Senhor Deputado afirmou ficar com a sensação de haver um aumento de processos pendentes e haver um que lhe causava bastante preocupação, que "não há maneira de ficar resolvido que é este dos seiscentos e trinta e dois mil euros" e aparecer um novo da Teixeira Neto S.A., mas que ficava com a sensação de

AX
24

que há um aumento de processos, pelo que solicitou que, se o Senhor Presidente pudesse, que clarificasse esta situação. -----

A **Senhora Deputada Ana Bandeira** interveio para dizer que a chegada do outono, como todos sabiam, acarretava na maior parte das vezes, a chegada do mau tempo e más condições atmosféricas, que se aproximava uma época que sabemos mais frágil e mais exigente, a nível de cuidados de saúde e ser importante que estejamos preparados para responder adequadamente às exigências sazonais. A Senhora Deputada acrescentou que a saúde tem sido uma preocupação constante deste executivo e discussão assente desta assembleia e que *"há algum tempo atrás era alvo de debate aceso nestas reuniões, manifestámos toda preocupação em ver resolvidos problemas que insistiam em trazer alguma insatisfação à população lousanense"*, pelo que *"pergunto agora qual é o ponto de situação em relação ao funcionamento das USF na Lousã e se as diligências que o executivo manifestou junto da ARS e do Ministério da Saúde terão realmente surtido alguns efeitos na forma de gestão daquelas unidades e na qualidade de vida dos utentes."*-----

O **Senhor Deputado Sérgio Pedroso** tomou a palavra cumprimentando a Mesa na pessoa da Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados e demais presentes. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, disse que, segundo a informação financeira que foi disponibilizada que se reportava a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, vinha solicitar os seguintes esclarecimentos: *"Numa análise à execução da receita constatamos que, no período em análise, esta se situa nos sessenta virgula oitenta e quatro por cento e no que à execução da despesa diz respeito, esta se situa nos quarenta e oito virgula noventa e um por cento. Sabemos que o município tem cumprido com a regra do equilíbrio orçamental, mas e, por precaução, pode dizer-nos a que se devem estas taxas tão baixas de execução, principalmente, na execução do orçamento da despesa?"* Sobre o *"limite da dívida total e a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso referir que o Município cumpre o limite da dívida total, com uma margem disponível de cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e três euros e treze cêntimos e que em relação ao prazo*

médio de pagamentos este encontra-se nos vinte e um dias." Acrescentou o Senhor Deputado que "em relação aos indicadores orçamentais que nos são apresentados, é com alguma apreensão que vimos o dos impostos correntes/receita corrente a subir de vinte e quatro virgula setenta e quatro por cento, em dois mil e vinte e dois, para vinte e cinco virgula dez por cento em dois mil e vinte e três e o das despesas com pessoal/despesas correntes, de trinta e nove virgula sessenta e cinco por cento em dois mil e vinte e dois, para quarenta e cinco virgula vinte e quatro por cento em dois mil e vinte e três." Questionou o senhor Presidente se "usamos os Impostos pagos por todos os lousanenses para financiar o pessoal que vai entrando e, cada vez mais, para os quadros do município?" O Senhor Deputado concluiu dizendo que "sendo assim, consideramos difícil alguma vez vir a ponderar descer impostos." -----

O **Senhor Deputado Luís Martins** começou por cumprimentar a Mesa, o Executivo, os colegas Deputados da Assembleia, o público, comunicação social e funcionários da autarquia. Seguidamente disse que porque era de contabilidade que estavam a tratar, "vou-me repetir, o que era sinal de que a contabilidade, pelo menos, fidedigna é". Na execução, nos movimentos financeiros realizados a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três e também na análise orçamental, detetamos na execução da receita, valores relativos ao mês de agosto, "encontram-se no seu global com uma taxa de execução de sessenta virgula oitenta e quatro por cento, comparativamente ao orçamento anual aprovado, sendo que as receitas de capital estão com um deficit inferior em quarenta e sete virgula vinte por cento." Do lado da despesa, a execução das despesas, "o rácio geral é de quarenta e oito virgula noventa e um por cento", conforme afirmou já ter sido referido pelo colega deputado, "sendo que nas despesas correntes, a despesa é de cinquenta e seis ponto sete e mais inferior nas despesas de capital que apresenta uma despesa de vinte e oito virgula setenta por cento." O Senhor Deputado continuou alegando que, "contudo, nos rácios orçamentais está cumprida a regra do equilíbrio orçamental e os indicadores orçamentais, na sua generalidade, são mais favoráveis quando comparados com agosto de dois mil e vinte e dois." Prosseguindo a sua intervenção o Senhor Deputado afirmou que "na situação patrimonial, a dívida a terceiros, a curto prazo, tem

uma redução de quarenta e nove por cento, são cerca de oitocentos e noventa e cinco mil euros que favorece não só a liquidez, como a solvabilidade do município." O Senhor Deputado afirmou ainda que o limite da margem para poder utilizar, a trinta e um de agosto, era de cinco milhões, setecentos e quarenta e seis mil e seiscentos e trinta e três euros e o prazo médio de pagamentos de vinte e um dias. Sobre este ponto o Senhor Deputado referiu que *"dado o contexto sócio económico que atravessamos, está a ser complicado adquirir serviços e bens, não apenas pela volatilidade dos preços, mas também pela falta de mão de obra, pelo que pode ser importante ter rácios de liquidez fortes e de pagamentos que são quase imediatos."* O Senhor Deputado disse ser esta uma forma útil de atrair os prestadores de serviços e bens, por forma a que estes mais rapidamente assumam os compromissos com o município. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** pediu permissão para fazer as perguntas *"de forma mais direta"*, que *"atendendo à sua informação e por ordem cronológica"* constava um *"jantar do Patrocinador no restaurante "O Burgo"'*, achou curioso e ser apenas um esclarecimento, o jantar do *"patrocinador com letra maiúscula"*, gostaria de saber do que se trata. Disse também já ter sido solicitado o esclarecimento relativo à área da saúde e *"atendendo ao número de reuniões que teve nesta vertente, questiono se existe alguma alteração relativamente ao rácio de funcionários/médicos, se a transferência de verbas preenche os objetivos da câmara e quais as finalidades das novas instalações que se preveem fazer."* Nas reuniões com a Senhora Ministra Adjunta, o Senhor Presidente já tinha tido a oportunidade de referir alguns assuntos, questionava se já *"tínhamos dados certos sobre alguma coisa e não apenas preocupações"*. Relativamente à requalificação do cineteatro da Lousã, o Senhor Deputado questionou *"se o procedimento cautelar impede a continuidade das obras ou se conseguem continuar porque, independentemente de tudo, o que queremos é que se concluam as obras."* Sobre a renovação do edifício *"Casa da Lagartixa"* questionou se há prazo de conclusão e sobre a requalificação/beneficiação de instalação da escola da floresta, se estão concluídas ou qual o prazo de conclusão para a sua utilização. No que diz respeito à primeira alteração da primeira revisão do

af Y

Plano Diretor Municipal, sobre o que disse ter consultado no site da Câmara estar em consulta pública, gostaria de saber se era possível fazer chegar aos membros da Assembleia estes documentos da primeira alteração. ---

O **Senhor Deputado Joel Fernandes** começou por dizer que "relembrar coisas às vezes é bom, eu estive nessa manifestação em dois mil e treze e garanto-lhe que, se demorar mais dez anos, também estarei em futuras manifestações, mas também tenho memória de outras coisas e também sei que o PS foi a primeira força política na Lousã, em dos mil e dez, a publicamente contestar o governo do partido socialista, em comunicado, a contestar o Ministro que penso que na altura se chamava das Obras Públicas, a contestar o Secretário de Estado dos Transportes e a apresentar uma moção nesta Assembleia Municipal, aprovada, a contestar esses mesmos dois governantes e a exigir ao governo que cumprisse com a sua palavra e andasse para a frente com o projeto." O Senhor Deputado afirmou que "infelizmente demorou tempo demais, vários governos tiveram culpa disso, mas agora temos um que está a cumprir e que está a fazer o projeto" Disse o Senhor Deputado que iriam continuar "vigilantes e atentos até o projeto estar concluído", mas que garantia que "se estivermos em dois mil e trinta e três e houver necessidade de alguma manifestação eu também lá estarei, não sei se todos lá estivemos, mas eu estive em várias e continuarei a estar na defesa do metro mondego." O Senhor Deputado interpelou ainda o Senhor Presidente sobre se "nas suas reuniões, em vários momentos refere reuniões, há vários momentos que aludem a fundos comunitários, nós sabemos que a Lousã, felizmente, tem sido um território que, tanto público como privado, consegue atrair bastante investimento, nomeadamente com financiamento de fundos comunitários que exigem sempre uma parcela de autofinanciamento", pelo que a sua questão era, "decorrente dessas reuniões, qual era a perspetiva para o futuro do concelho da Lousã sobre a atração de fundos e se estamos em condições de garantir os autofinanciamentos para continuarmos a atrair o grau de investimento que temos atraído para o concelho". -----

O **Senhor Presidente** começou por responder à intervenção do Senhor Deputado Rui Morais e dizer que, em momento algum, se confundiu ensino profissional com a oferta formativa do ensino regular e que pensava, até, ter referido que existia no concelho, ainda que "de natureza diferente",

AA
af

reafirmando não ter havido confusão nenhuma, embora pensar “*não deva haver uma discriminação negativa daquilo que é a oferta formativa profissionalizante*”. Em resposta à Senhora Deputada e Presidente de Junta, Helena Correia, o Senhor Presidente começou por apresentar os seus cumprimentos a si e a todos os Presidentes de Junta porque pensava ter-se esquecido na sua intervenção inicial e disse que, de facto, tinha sido possível apresentar no dia catorze de setembro a Operação Integrada da Gestão da Paisagem, decorrente da constituição da Área Integrada de Paisagem da Serra da Lousã, de acordo com os trabalhos desenvolvidos pela Associação com a participação efetiva do município e que “*aquilo que desejamos e é um dos objetivos deste trabalho, é que seja possível, no futuro, ter ferramentas de intervenção que permitam, de facto, uma gestão mais otimizada e adequada do espaço serra da Lousã.*” Ao Senhor Deputado João Curvelo respondeu o Senhor Presidente que “*aquilo que lhe disse no ponto anterior, era o que reafirmava neste ponto*”, que já tinha falado nesta questão, que a Infraestruturas de Portugal e a Metro Mondego continuavam a fazer e que “*é para trabalhar no sentido de concretizar o projeto, a entrada em funcionamento de acordo com o calendário que está identificado.*” Disse ainda o Senhor Presidente que tinha sido sempre assumido que iria existir um desfasamento temporal entre a entrada em funcionamento do troço suburbano e o troço urbano da cidade de Coimbra, que sempre esteve previsto dessa forma. Relativamente às questões do Senhor Deputado António Gonçalves, no que dizia respeito à EN 342 e à sinalização horizontal, informou o Senhor Presidente que já tinha feito menção ao tema na intervenção do ponto anterior e que “*continuamos a batalhar para que esta situação possa ser melhorada.*” Relativamente ao nó dos Pegos o Senhor Presidente afirmou que a Infraestruturas de Portugal sabe que o projeto está pronto e “*nós batalhamos neste momento para que a Infraestruturas de Portugal possa criar as condições para lançar o concurso público para realizar a obra, de acordo com o projeto que foi feito e pago pelo município da Lousã para concretizar este objetivo*”. Sobre o cineteatro afirmou o Senhor Presidente que, aquilo que tem dito é aquilo que diz hoje, que os valores que estão em causa são os valores que decorrem da suspensão da obra que ocorreu em dois mil e vinte e um e que foi alvo de uma peritagem, de uma intervenção de uma terceira

AX
af

entidade, que identificou o montante que estava em causa para realização desses trabalhos e haver, neste momento, trabalhos adicionais relativos à climatização, designado pelo AVAC, que a derrapagem efetiva que existe era em termos de prazos, mas a obra, de acordo com o compromisso, nomeadamente no âmbito da candidatura a fundos comunitários, terá que estar pronta até final deste ano. Em relação ao material que sai de algumas vias ou de algumas ruas onde são feitas intervenções, *"algum material até já está usado noutros locais, nomeadamente em parceria com Juntas de Freguesia"* e outro está ainda aprovisionado, guardado para aplicação em outros objetivos. Relativamente aos processos, o Senhor Presidente disse ser *"o normal, decorre daquilo que é a atividade, não consideramos que seja, nem em número, nem em conteúdo, situações que exijam preocupação"*. À Senhora Deputada Ana Bandeira o Senhor Presidente disse que os serviços de saúde eram sempre uma área e serviço importante, que têm vindo a ser desenvolvidas medidas que têm como objetivo prioritário a recuperação dos níveis de serviço à população que são necessários e exigidos legitimamente pela população e haver um conjunto de outras diligências no sentido de potenciar ou otimizar, estruturalmente, as unidades de saúde, nomeadamente, até há algum tempo a USF e agora designada Unidade de Cuidados de Saúde à População. Ao Senhor Deputado Sérgio Pedroso, que fez referências relativas à parte financeira da informação escrita, afirmou o Senhor Presidente que *"aquilo que posso dizer é que tanto na execução da receita, como na execução da despesa está em linha com o aquilo que é normal"* e que qualquer um destes parâmetros, comparado com o mesmo momento do ano passado, está com melhor desempenho do que tínhamos no ano passado, na mesma referência, agosto de dois mil e vinte e dois. À questão dos impostos o Senhor Presidente respondeu que, se compararmos dois mil e vinte e dois com dois mil e vinte e três e se for tido em conta que, contrariamente a dois mil e vinte e dois, em dois mil e vinte e três a derrama foi recebida em agosto e não em setembro, aquilo que poderíamos dizer é que, expurgada essa questão da derrama, a receita arrecadada a este nível pela Câmara da Lousã era, em dois mil e vinte e três, inferior a dois mil e vinte e dois. Disse o Senhor Presidente que era este o dado crítico, elemento que eventualmente o Senhor Deputado não conheceria e que *"dará essa*

percentagem, mas que se deve ao pagamento do valor da derrama ter sido feito em agosto e em dois mil e vinte e dois foi pago em setembro." Relativamente ao peso das despesas com pessoal o Senhor Presidente informou que "as despesas com pessoal e o seu peso mais específico tem a ver com o facto de em dois mil e vinte e dois, com referência ao mesmo mês, não estarem registadas as despesas com os recursos humanos que a câmara municipal recebeu na área da educação, não estava a despesa refletida para todo o período, nós só tínhamos assumido as competências a um de abril de dois mil e vinte e dois e neste momento esses valores estão todos devidamente registados na sua totalidade." O Senhor Presidente disse também "ao Senhor deputado e penso ser uma informação pertinente para todos, que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia também aplicam os aumentos salariais", o que afirmou ser bom e "todos saudamos e reconhecemos", mas que entre aumentos salariais e aumentos de subsídio de refeição, progressões decorrentes do processo de avaliação e outras, o município da Lousã tem de custo adicional em dois mil e vinte e três, comparando com dois mil e vinte e dois, mais de setecentos e quinze mil euros nas rubricas que referiu. O Senhor Presidente disse que o aumento das despesas de pessoal não tinha a ver com recrutamento, "que estamos a fazê-lo e continuaremos a fazer naquilo que é necessário, pertinente para o desempenho da missão da Câmara Municipal", mas que eram setecentos e quinze mil euros resultantes de aumentos salariais, aumento do valor do subsídio de alimentação, aumentos dos valores decorrentes das progressões em dois mil e vinte e três. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Luís Martins afirmou o Senhor Presidente terem sido enunciadas algumas questões importantes, nomeadamente de análise de alguns dos pontos, alguns comuns ao Senhor Deputado Sérgio Pedroso, em que assinala que existe a perspetiva de manter o equilíbrio financeiro da autarquia e cumprir os pressupostos e as regras de gestão a que as autarquias estão sujeitas e, "portanto, o controlo em termos de gestão tem que ser implementado". Em resposta ao Senhor Deputado Santinho Antunes o Senhor Presidente esclareceu que o jantar era o jantar que marcava o início da Feira Anual de São João e onde se reúnem os representantes das entidades que patrocinam/colaboram com a Câmara e "assinalamos assim o momento e reconhecemos essa parceria através deste

12
4
af

momento". Em relação ao rácio de médicos, o Senhor Presidente afirmou que os rácios estavam fixados, nomeadamente em função daquilo que é a configuração das USF e que aquilo que podia dizer é que a atual Unidade de Cuidados de Saúde à População, anteriormente designada USF Trevim Sol está a finalizar a sua candidatura para poder ser novamente USF, que tem de cumprir todos os requisitos para esse fim, nomeadamente em termos de números de vários profissionais: enfermagem, médica e outras especialidades. Disse que esse trabalho estava a ser desenvolvido e pensar ser do conhecimento de todos, irem ser criadas as condições pelo estado para que as USF tenham todas o modelo B, permitindo esse modelo de funcionamento às diversas unidades, nomeadamente de cuidados de saúde à população, designadas Unidades de Saúde Familiar. Sobre o processo de descentralização o Senhor Presidente informou *"nós fizemos a aceitação do processo com efeitos a um de janeiro, com base num documento chamado adenda que está a ser concretizado e onde pretendemos que fiquem claramente objetivadas os meios que nós entendemos como absolutamente necessários para, a partir de um de janeiro, assumir as competências que nos são passadas e que também são no domínio das instalações e dos assistentes operacionais. No que diz respeito às outras questões, nomeadamente de assistência médica e toda essa dimensão, os municípios não assumem competências nessa área."* Quanto às novas instalações, o segundo edifício do centro de saúde, disse o Senhor Presidente que *"se repararem bem no local onde está hoje o edifício que está em funcionamento, está, como sempre esteve, um terreno disponível."* O que esteve previsto desde a génese é que seria composto por dois edifícios e a Câmara adquiriu, na altura, um terreno com área suficiente para essa dimensão de instalações físicas. O Senhor Presidente informou também que, neste momento, estava pronto um projeto contratado e pago pela Câmara Municipal e havia a perspetiva que, entre os meses de outubro e novembro, surgisse um aviso do PRR onde a Câmara apresentará a candidatura para a construção desse segundo edifício, que servirá para dar melhores condições às unidades que ali já prestam serviço. O Senhor Presidente salientou que seriam criadas melhores condições, quer para os profissionais, quer para os utentes, para os cidadãos em termos do que é o universo de cuidados de uma unidade de saúde

familiar, permitindo também, em função dessa maior amplitude de instalações, ter uma carta mais diversificada de cuidados e de especialidades na carteira de oferta de cada unidade de saúde familiar. O Senhor Presidente concluiu dizendo que *"é isto que se pretende com o segundo edifício, cujo projeto foi acompanhado pelas unidades funcionais locais e também pelos organismos regionais no âmbito da saúde, para que seja a configuração final adequada aquilo que se destina"*. Sobre a reunião com a Senhora Ministra Adjunta, o Senhor Presidente afirmou ter tido a ver com várias questões, nomeadamente, o facto de não existirem verbas adequadas para responder a algumas necessidades de requalificação em termos energéticos ou modernização de algumas instalações desportivas, designadamente piscinas. O Senhor Presidente referiu que *"já o tínhamos feito anteriormente e mais uma vez, de forma fundamentada, evidenciamos que esta é uma questão que tem que ser melhorada para poder dar resposta às diferentes situações e que não tem a ver só com o município da Lousã, mas que nos dizem diretamente respeito."* Relativamente à questão do cineteatro, *"a providência cautelar não afeta o desenrolar das obras e, portanto, as obras continuam a decorrer, infelizmente, devido a várias questões, não com o ritmo ou intensidade que gostaríamos, mas continuam a decorrer, não há nenhum efeito no desenvolvimento dos trabalhos dessa diligência"*. Sobre a Casa da Lagartixa disse o Senhor Presidente estar na fase final da empreitada que foi contratada, que a adaptação das instalações para a instalação da designada "Escola da Floresta" também estava em fase final e sobre a primeira alteração à primeira revisão do PDM, disse ter tomado boa nota e, através da Senhora Presidente da Assembleia, seria fornecida a informação disponível, *"sendo que a discussão pública ainda se irá processar posteriormente, que dentro da primeira quinzena de outubro iniciar-se-á"*. -----

A **Senhora Deputada Maria Fernanda da Franca** interrompeu a intervenção do Senhor Presidente para afirmar que o Senhor Presidente da Câmara era um "otimista" e questionar, se a candidatura não fosse aprovada, se tinha algum Plano B e algum fundo de maneo. -----

Em resposta à interpelação o **Senhor Presidente** da Câmara esclareceu que conforme referiu *"é uma candidatura que vamos apresentar no âmbito do*

AX
af X

PRR, num aviso específico, que há verbas dentro do PRR para a educação, para a saúde e para as diferentes questões que foram definidas e que, portanto, ainda durante este ano de dois mil e vinte e três esse aviso sairá e será neste âmbito que nos vamos candidatar e a comparticipação no âmbito do PRR é a cem por cento, pelo que, nessa vertente estamos tranquilos relativamente ao que são os meios, há que cumprir é com os prazos e com a execução e esperamos que, nomeadamente no que respeita às obras públicas, possa começar a correr melhor, relativamente à capacidade de execução dos trabalhos". Na sequência da questão do Senhor Deputado Joel Fernandes sobre fundos comunitários, o Senhor Presidente disse que aproveitava para informar a Assembleia que "estamos em fase final de negociação do pacto no âmbito da comunidade intermunicipal", que o pacto são as verbas que dizem respeito ao CENTRO 2030, ao Portugal 2030, mas que estão no âmbito da CCDR Centro que contratualiza com cada uma das comunidades intermunicipais que, por sua vez, desenvolve a sua negociação com cada um dos municípios que a compõem. Disse o Senhor Presidente que a referida negociação "tem regras à partida", nomeadamente os objetivos que a comissão europeia quer atingir e também alguns objetivos que o governo, o estado português fixou, que têm de ser tidos em conta. O Senhor Presidente disse não ser uma negociação fácil, que "não é aquilo que gostaríamos, mas vai ser um ciclo de fundos comunitários importante para conseguir concretizar alguns objetivos". Referiu ainda o Senhor Presidente que, dentro do Portugal 2030 "nós teremos que ter capacidade para autofinanciamento, no mínimo de quinze por cento de cada candidatura que façamos, e o município tem as condições, à semelhança do que já fez no Portugal 2020, para continuar a assegurar esse autofinanciamento nos projetos, no âmbito do Centro 2030/Portugal 2030". Afirmou também o Senhor Presidente que "esta contratualização acresce aos valores no âmbito do PRR". Disse que no PRR assinalava que Câmara Municipal da Lousã tinha: "as duas escolas, uma à espera do aviso, outra será candidatada e são treze milhões de euros, no âmbito do PRR da saúde, temos a candidatura ao segundo edifício do Centro de Saúde que anda, grosso modo, num milhão e meio de euros, e depois ainda temos um conjunto de objetivos na área da habitação, pelo que, temos no âmbito do PRR, neste momento, com absoluta segurança,

AX
af

já cerca de dezasseis milhões de euros de captação direta, mas que poderão aumentar e que crescem ao Portugal 2030." O Senhor Presidente disse ser essa a perspetiva, de conseguir manter o rumo, nomeadamente no que são os desígnios estratégicos do concelho da Lousã. -----

O **Senhor Deputado António José Gonçalves** pediu a palavra para expressar que tinha sido cometida uma ação que ia contra o regimento. Disse que gostaria de recordar que "este é um órgão de fiscalização da atividade da Câmara Municipal e não um órgão de debate". Salientou que "o que se vem assistindo em algumas assembleias é que fica um deputado, membro desta assembleia para no fim, responder aos nossos deputados, como há bocadinho acabou de acontecer, ainda por cima vindo de um funcionário da Câmara que é, ao mesmo tempo, adjunto ou assessor e ainda é deputado desta assembleia." Afirmou o Senhor Deputado "se houvesse ética, isto não era possível". -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Designação de representantes das três forças políticas com assento na Assembleia Municipal para fazer parte do Grupo de Trabalho das atividades das Comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril (doc. nº 9 (nove)). -----

Tendo em consideração a informação que foi recebida sobre a matéria dos vários líderes dos grupos municipais com assento na Assembleia, foi deliberada a constituição do Grupo de Trabalho pela Senhora Deputada Maria Aldina Martins, em representação do grupo Municipal do PS, pela Senhora Deputada Maria Fernanda da Franca em representação do Grupo Municipal PPD/PSD-CDS/PP e pelo Senhor Deputado João Santo, em representação do Bloco de Esquerda. -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3 - Apreciação e votação da 3ª revisão ao Orçamento e 3ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023 (doc. nº 10 (dez)).-----

Inscrições: Inscreveu-se o Deputado Luís Martins. -----

O **Senhor Deputado Luís Martins** declarou estar em causa uma comparticipação financeira relativa à descentralização de competências no domínio da ação social, que o município tinha conseguido um reforço do lado da receita que, conseqüentemente, foi redistribuída no orçamento, no lado da despesa. Disse ainda o Senhor Deputado que o valor do reforço ascendia

FX
Y

a cento e cinquenta e seis mil e trinta e sete euros e que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar favoravelmente à revisão. -----

Colocada à votação a proposta de da 3ª revisão ao Orçamento e 3ª revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2023, a mesma foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 8 (oito) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar" e Bloco de Esquerda. Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 - Apreciação e votação da aprovação da 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023 (doc. nº 11 (onze)); -----

Inscrições: Inscreveu-se o Deputado Luís Martins. -----

O **Senhor Deputado Luís Martins** disse que da análise do documento resultava tratar-se da criação de postos de trabalho no âmbito do projeto Radar Social, criação de postos de trabalho na prossecução de competências na área da educação e criação de postos de trabalho no âmbito da cultura e turismo e que, dos documentos que tinham sido submetidos, se verificava que a proposta ia de encontro às necessidades do município, para melhor servir os seus utentes, motivo pelo qual o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente. -----

Colocada à votação a proposta de 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2023, foi aprovada por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 7 (sete) abstenções Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar". Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

5 - Apreciação e votação da aprovação da alteração da Organização dos Serviços Municipais (doc. nº12 (doze)); -----

Inscrições: Inscreveu-se o Deputado Luís Martins. -----

O **Senhor Deputado Luís Martins** afirmou que "*decorrente da transferência de competências do estado para o município, é-nos descrito neste ponto a necessidade de ajustar uma estrutura orgânica municipal, de forma a dar uma resposta mais adequada*", pelo que, "*será necessário acrescer uma unidade flexível dirigida por dirigente intermédio de terceiro grau, chede de unidade*". Concluiu o Senhor Deputado a sua intervenção, referindo "As razões

AS
af

fundamentadas no ponto são pertinentes pelo que votaremos favoravelmente".

Colocada à votação a proposta de aprovação da alteração da Organização dos Serviços Municipais, a mesma foi aprovada por maioria, com 17 (dezassete) votos a favor, 16 (dezasseis) do PS e 1 (um) do Bloco de Esquerda e 7 (sete) abstenções Coligação do PPD/PSD-CDS/PP "É Hora de Mudar". Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6 - Apreciação e votação da proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 330.000.00 € destinado a financiar a "Requalificação e Conservação da Rede Viária Municipal" (doc. nº 13 (treze)).

Inscrições: Inscreveram-se os Senhores Deputados Luís Martins e Sérgio Pedroso.

O **Senhor Deputado Luís Martins** afirmou que o empréstimo para a requalificação e conservação da rede viária no montante máximo de trezentos e trinta mil euros, tendo em conta as necessidades constantes que o município tem na manutenção dos seus ativos, mais concretamente das suas redes viárias e o cumprimento ao longo dos anos da regra do equilíbrio financeiro e o bom desempenho dos rácios financeiros de endividamento por parte do município e, da análise feita aos documentos fornecidos, ser *"com algum conforto que o grupo municipal do PS vota favoravelmente esta proposta que visa satisfazer as necessidades de quem transita no nosso concelho."* -----

O **Senhor Deputado Sérgio Pedroso** tomou a palavra para, neste ponto, perguntar ao Senhor Presidente *"se já tem sinalizado as requalificações, bem como as conservações a fazer na rede viária com estes trezentos e trinta mil euros, mais noventa e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos de juro, o que perfaz a quantia de quatrocentos e vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos"*. Referiu ainda o Senhor Deputado que, no quadro remetido, do apuramento da dívida total vinha mencionado um montante de dívida a contratar de valor de quinhentos mil euros para projetos de eficiência energética, pelo que questionou: *"Será que iremos numa futura Assembleia deliberar sobre mais este valor?"*. O Senhor



Deputado acrescentou ainda neste ponto porque *"como falamos em requalificação da rede viária e estando a menos de um ano de receber um início de etapa da volta à Espanha em Bicicleta"* perguntavam ao Senhor Presidente se era desta vez que iria arranjar o desnível que se verifica *"há mais de vinte anos na estrada, bem aqui perto de onde nos encontramos"*. Acrescentou que sempre disse que não é da responsabilidade do município, mas que agora, mais que nunca, e se a *"vuelta"* ali passar, se *"não será tempo de solicitar à Infraestruturas de Portugal o seu arranjo?"*. Sobre a intenção de voto afirmou *"vamos abstermo-nos neste ponto pois consideramos e perguntamos se não existem outras situações no concelho que careçam de uma mais rápida requalificação e/ou conservação?"*. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que as intervenções que irão ser efetuadas no âmbito do empréstimo estavam todas devidamente identificadas e que seriam as intervenções que fazem parte do objeto do concurso público que estava a ser desenvolvido. Informou ainda que já era o segundo concurso público para o mesmo objetivo porque, no anterior concurso, todas as empresas apresentaram proposta acima do preço, pelo que, o segundo concurso tem um valor adicional de cerca de mais cinquenta mil euros. Assim, disse o Senhor Presidente que o valor do concurso era superior ao valor do empréstimo e que as intervenções estavam todas identificadas, que poderia fornecer essa informação. Sobre a questão da eficiência energética, o Senhor Presidente da Câmara disse ser um objetivo que a Câmara continua a prosseguir, que foi levada à reunião de Câmara a possibilidade de poder haver a contratação de um empréstimo para esse fim, que depois de um estudo efetuado, uma análise comparativa, havia várias possibilidades pelo que disse ter ficado essa *"possibilidade em carteira, mas não foi desenvolvida mais nenhuma iniciativa nesse âmbito, continuamos à procura das melhores condições."* Acrescentou ainda o Senhor Presidente que *"vários outros municípios fizeram empréstimos, nomeadamente municípios aqui da região, utilizaram este regime, esta possibilidade de contração de empréstimo para alterar os custos, nomeadamente, com a iluminação pública, por entenderem que era um mecanismo adequado e porque, até ao momento, não existiram vias de financiamento no âmbito dos fundos comunitários."* Sobre o tema concluiu o Senhor Presidente dizendo querer

reafirmar que “ficamos com essa possibilidade concedida pela aprovação do executivo municipal, mas, até ao momento, não avançámos e continuamos à procura de outras formas que venham a ser possíveis, sendo que até ao momento não existem essas outras possibilidades relativamente a esta matéria”. -----

Colocada à votação a proposta de contratação do empréstimo a médio e longo prazos no montante máximo de 330.000.00 € destinado a financiar a “Requalificação e Conservação da Rede Viária Municipal”, a mesma foi aprovada por maioria com 16 (dezasseis) votos a favor do PS e 8 (oito) abstenções da Coligação do PPD/PSD-CDS/PP “É Hora de Mudar” e Bloco de Esquerda. Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

7 - Apreciação e votação da autorização para o Município da Lousã integrar a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (doc. nº 14 (catorze)). -----

Inscrições: Não houve inscritos. -----

Colocada à votação a proposta de autorização para o Município da Lousã integrar a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, a mesma foi aprovada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.

PONTOS OITO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

8 – Apreciação e votação da 1ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã.

Inscrições: Inscreveram-se os Senhores Deputados Santinho Antunes e Patrícia Ramalheiro. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** disse pretender um esclarecimento que derivava da preocupação que alguns municípios têm relativamente à matéria da transferência de competências na área da educação, que era se existia dívida do governo ao município nesta matéria e, em caso afirmativo, quanto. Referiu ainda o Senhor Deputado que o Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP iria votar favoravelmente a proposta. -----

A **Senhora Deputada Patrícia Ramalheiro** começou por saudar a Mesa da Assembleia Municipal na pessoa da Senhora Presidente, o Executivo da Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente, e respetivos Vereadores, Presidentes de Junta, colegas membros da Assembleia, comunicação social,

12/4
ab

colaboradores da autarquia e munícipes. Disse que, no âmbito da transferência de competências no domínio da educação, a partir do dia um de abril de dois mil e vinte e dois para o município da Lousã, a Assembleia Municipal na sessão de vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois, sob proposta da autarquia, autorizou a delegação de competências no Diretor do Agrupamento de escolas da Lousã. Das diversas reuniões que foram estabelecidas, nesta *"imprescindível parceria"*, foram sendo feitas avaliações sobre os instrumentos e meios de gestão financeira disponibilizados no intuito de perceber se existiam necessidades de alargar ou restringir as transferências inicialmente previstas no contrato celebrado. Em janeiro de dois mil e vinte e três disse ter sido também transferida para o município a competência para aquisição e manutenção dos equipamentos utilizados nas atividades escolares e feita uma avaliação dos custos suportados pelo agrupamento de escolas da Lousã para prosseguir as competências que haviam sido transferidas inicialmente no contrato. Disse que, *"neste sentido e face à necessidade de atualizar o valor a transferir, que neste momento teve um aumento de quarenta e três mil e quinhentos euros para sessenta e sete mil e quinhentos euros, verificada até à data de execução do último ano, iremos votar favoravelmente."* -----

Relativamente à questão se havia algum desfasamento financeiro, o **Senhor Presidente** esclareceu que, de acordo com a aferição dos serviços, existia neste momento um pequeno desfasamento financeiro, que será corrigido à posteriori, através do fundo financeiro da descentralização e que *"da nossa parte com o agrupamento, tudo em dia."* -----

Colocada à votação a proposta de adenda 1ª Adenda ao Contrato de Delegação de Competências do Município da Lousã no Agrupamento de Escolas da Lousã, a mesma foi provada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos.-----

PONTO NOVE DA ORDEM DE TRABALHOS-----

9 – Apreciação e votação da declaração de reconhecimento de "Projeto de Interesse Municipal da Rota da Estrada Nacional nº 2" emitindo a respetiva Declaração (doc. nº 15 (quinze)). -----

Inscrições: Inscreveu-se o Deputado António José Gonçalves-----

Handwritten notes in blue ink: "H" and "ab" with a checkmark.

O **Senhor Deputado António José Gonçalves** disse costumar dizer que "Vale mais tarde do que nunca porque o que a Câmara Municipal tem feito pela Estrada Nacional 2 tem sido zero." Referiu o senhor Deputado que esta discussão já vinha do mandato anterior, "eu inclusivamente sugeri naqueles escassos metros que temos na Nacional 2, colocar um outdoor "visite a Lousã", até porque o local tem uma vista privilegiada sobre a serra da Lousã e nada, mas nada tem sido feito por esta Nacional 2". Disse ter impresso um mapa, retirado da Internet, que está a venda para quem quiser comprar e "surpresa das surpresas, a Lousã não está no mapa, ou seja, entre Vila Nova de Poiares e Góis, a Lousã não existe." Acrescentou o Senhor Deputado que "este mapa está à venda em vários locais" e ser bem-vindo o reconhecimento do interesse municipal, mas que gostaria que o Senhor Presidente pudesse "descodificar o que é isto de promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica, de interesse municipal, ou seja, o que é que vai ser feito doravante". -----

O **Senhor Presidente** informou que este era um pedido que era feito a todos os municípios que têm área/participação/presença na Estrada Nacional 2. Disse que a solicitação era feita pela associação que dinamiza esta rota da Estrada Nacional 2, com o objetivo de melhor fundamentar e conseguir obter, formalmente, algumas questões, nomeadamente, o reconhecimento do projeto de interesse municipal, para, a partir deste meio, poder aceder a apoios que permitam potenciar o valor desta rota da Estrada Nacional 2. ----- Colocada à votação a proposta da declaração de reconhecimento de "Projeto de Interesse Municipal da Rota da Estrada Nacional nº 2, a mesma foi provada por unanimidade. Estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. -----

PONTO DEZ DA ORDEM DE TRABALHOS-----

10 - Apreciação e votação da proposta de atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Serpins, no montante de EUR: 37.500,00 (trinta e sete mil euros), destinado a apoiar a execução do projeto "Requalificação do Mercado de Serpins" (doc. nº 16 (dezasseis)). -----

Inscrições: Inscreveram-se os Senhores Deputados Sérgio Pedroso e Luís Simões.

Tomou a palavra o **Senhor Deputado Sérgio Pedroso** para dizer que, no que respeitava a este ponto e ao seguinte, que juntava já as suas duas intervenções, informava o Senhor Presidente que, no que tocava a ajudar as freguesias do concelho *"sempre fomos, somos e seremos a favor de qualquer ajuda que as possa contemplar"*. Acrescentou o Senhor Deputado que o Grupo Municipal do PPD/PSD-CDS/PP apenas se questionava se *"estes valores não serão canalizados para fazer face a diversos eventos que estas freguesias costumam e têm por hábito contemplar e que, em nosso entender, por vezes, são desnecessários como, por exemplo, um patrocínio a um determinado carro de rally, etc."* Por se estar a contemplar a freguesia de Serpins questionou o Senhor Deputado *"como e em que situação se encontra o projeto "Aqualousã", vencedor do orçamento participativo do ano dois mil e dezanove? e, sendo que falamos de orçamento participativo, e como esta rubrica/verba foi retirada dos orçamentos municipais, se é já este ano que a mesma volta a constar do orçamento para dois mil e vinte e quatro?"*. Sobre estas interrogações o Senhor Deputado expressou *"Esperamos que sim"*. ———

O **Senhor Deputado Paulo Simões** cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, o Senhor Presidente da Câmara e restante executivo, deputados municipais, colegas Presidentes de Junta, colaboradores da autarquia, comunicação social e público presente. O Senhor Deputado disse que o mercado de Serpins há muito que apresentava debilidades e falta de condições para os fins para os quais foi construído, que foi avançado com uma candidatura, via Dueceira, PDR 2020, a qual foi aprovada em cerca de cento e noventa e oito mil euros, mais IVA, que afirmou ir permitir melhores condições para a atividade do mercado e para outras iniciativas que se pretendiam lá dinamizar. Disse que essas iniciativas se inseriam na estratégia que a Junta de Freguesia estava a desenvolver, de divulgação e promoção da marca *"Serpins, uma janela aberta para o mundo"* e, naturalmente, do concelho da Lousã. Afirmou ainda que o apoio que agora se discutia era um bom contributo para poderem executar a referida e importante obra. Afirmou ainda *"sim, queremos sempre mais, mas reconheço o esforço deste executivo, que mesmo com o aumento do pessoal, energias, empreitadas, etc., tem conseguido apoiar as Juntas de Freguesia"*. Salientou o Senhor Deputado o montante dos contratos

AX
b

interadministrativos, o valor no âmbito da delegação de competências que recentemente teve um aumento de vinte e cinco por cento, o investimento nas faixas de gestão de combustível no concelho, de cento e sessenta e cinco mil euros, dos quais sessenta e três mil euros foram investidos só na freguesia de Serpins e agora trinta e sete mil e quinhentos para a requalificação do mercado de Serpins. Disse ser com *“muita satisfação que evidencio estes apoios, onde naturalmente existem outros, de natureza diferente, tal como a disponibilização de pessoal e equipamentos e candidaturas submetidas aprovadas, tais como na sequência das últimas cheias, controlo de espécies exóticas invasoras lenhosas, o projeto Gestão Floresta Sustentável, condomínios da aldeia, candidatura TransForm, redes regionais de valorização de biomassa”*. Disse o Senhor Deputado que haveria muitas outras coisas a dizer e, dirigindo-se ao Deputado Sérgio Pedroso, afirmou que o dinheiro vai ser investido naquela obra que também é uma candidatura, *“nós não desviamos verba para outro tipo de investimentos que não sejam os que achamos que devem ser feitos e estão contratualizados”*. O Senhor Deputado disse ainda que *“só com este trabalho conjunto que temos vindo a realizar conseguimos dar resposta às necessidades da população e continuar a divulgar e promover o concelho da Lousã, que estas sinergias entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal têm permitido para além destas obras mais visíveis, resolver inúmeras situações do dia a dia, importantes para os fregueses e que passam, muitas vezes, ao lado dos holofotes, onde o nosso principal foco são as pessoas, os serpinenses que também são lousanenses.”* O Senhor Deputado concluiu, dizendo que *“o nosso compromisso com os serpinenses, que também são lousanenses, está a ser cumprido.”* -----

O **Senhor Presidente da Câmara** disse ter havido duas questões, que o projeto “AquaLousã” era um projeto do orçamento participativo e que tinha essa configuração. Que o valor acresceu depois, por acordo, no sentido de melhor qualificar aquela praia fluvial, ao que estava previsto em orçamento participativo. Informou ainda o Senhor Presidente que o orçamento participativo será retomado em dois mil e vinte e quatro. -----

O **Senhor Deputado Santinho Antunes** pediu a palavra para alertar para a pertinência de um parecer da CCDR, lendo a sua conclusão: *“Quanto à intervenção de um Presidente de Junta de Freguesia enquanto membro da*

Assembleia que integra, quando esteja em causa a atribuição de um subsídio à sua própria freguesia, afigura-se haver impedimento por se encontrar em conflito ou potencial conflito de interesse." O Senhor Deputado sugeriu que, por forma a que não fosse necessário trazer o assunto mais tarde, aconselhava a que fosse feita a votação sem a intervenção dos Presidentes de Junta com interesse na deliberação. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou se todos os Deputados estavam de acordo com a recomendação e perante a anuência foi colocada à votação a proposta de atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Serpins, no montante de EUR: 37.500,00 (trinta e sete mil euros), destinado a apoiar a execução do projeto "Requalificação do Mercado de Serpins", tendo a mesma sido aprovada por unanimidade, com vinte e três votos. Não participou na votação o Senhor Deputado Paulo Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins. -----

PONTO ONZE DA ORDEM DE TRABALHOS -----

11 - Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, no montante de 37.500,00 € destinado a apoiar a execução do projeto "Espaço sociocultural, histórico e ambiental de Foz de Arouce - Espaço de lazer." (doc. nº 17 (dezassete)). -----

Inscrições: Não houve inscrições. -----

Colocada à votação a proposta de atribuição de apoio financeiro à União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio, no montante de trinta e sete mil e quinhentos euros destinado a apoiar a execução do projeto "Espaço sociocultural, histórico e ambiental de Foz de Arouce - Espaço de lazer" a mesma foi aprovada por unanimidade, com vinte e dois votos a favor. Não participaram na votação o Deputado Henrique da Silva Lourenço, Presidente da União de Freguesias de Foz de Arouce e Casal de Ermio e o Deputado Paulo Simões. -----

PONTO DOZE DA ORDEM DE TRABALHOS -----

12 - Relatório Semestral sobre situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2023, para conhecimento do Órgão Deliberativo (doc. nº 18 (dezoito)); -----

AX
OB

Inscrições: Inscreveram-se os Senhor Deputados Sérgio Pedroso e Luís Martins.

Tomou a palavra o **Senhor Deputado Sérgio Pedroso** para dizer que, neste ponto, como já tinha sido analisada a informação financeira a trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três, constante no ponto um, não fazia sentido estar a analisar esta que se reportava a trinta de junho de dois mil e vinte e três, pelo que somente solicitavam ao Senhor Presidente que se pronunciasse, "porque achamos que são desvios consideráveis, sobre o desvio de cerca de *menos vinte e sete por cento da despesa executada, cerca de menos dois milhões oitocentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e oito euros* do que estava orçamentado, e não tão grave, mas mesmo assim, sobre o desvio de cerca de *menos cinco por cento na receita executada, cerca de menos quinhentos e vinte e cinco euros*". O Senhor Deputado acrescentou *ter sido verificado, "infelizmente", que a execução, na sua generalidade, se encontrava abaixo do orçamentado. Que a execução da despesa total, com cerca de setenta e três por cento, "é na nossa opinião uma execução baixíssima pois está situada abaixo do indicador dos oitenta e cinco por cento, indicador este que é o limite para que se desencadeiem os mecanismos de alerta definidos no n.º 3 do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro."* Concluiu o Senhor Deputado alegando que *"apesar de ser um indicador que apenas poderá ser efetivamente avaliado no final de cada exercício, alerta-se, mesmo assim, o município para este facto."* -----

O **Senhor Deputado Luís Martins** expressou que a análise do ROC demonstrava que o executivo mantinha a tradição de executar os orçamentos com base nas suas funções sociais, mas sem nunca hipotecar o futuro e "isto é o que evidencia o primeiro semestre de dois mil e vinte e três, equilíbrio financeiro, onde se evidenciam algumas notas: no quadro de rácios, a análise financeira dos rácios, indicadores do equilíbrio de curto prazo, já o referi, e de endividamento é positivo; existe um aumento de dívida, fruto dos investimentos de execução, mas ela está estruturada na dívida a médio/longo prazo; na execução orçamental, a receita, com valores aritméticos para metade do ano, ela encontra-se nos noventa e cinco virgula zero quatro por cento, contudo um pouco abaixo do que estava orçamentado para o orçamento de dois mil e vinte e três, cerca de quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e trinta e quatro euros, onde as rubricas de transferência de capital têm um

AX
il
X

grande peso nesta variação negativa, que são as transferências do estado."

Na execução orçamental, o Senhor Deputado disse que, do lado da despesa, há uma despesa executada de quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e trinta e nove mil euros, o que afirmou estar acima, comparativamente ao semestre de dois mil e vinte e dois, mas que, ainda assim, a execução ficou um bocado abaixo do que era previsto, em vinte e sete por cento, como já tinha sido dito, o que é justificável se for tido em conta que, do lado da receita, as transferências do estado central, as mesmas ainda não foram executadas. Referiu ainda o Senhor Deputado que a aquisição de serviços e bens de capitais tinha aqui um grande impacto. Em conclusão referiu o Senhor Deputado que os rácios orçamentais indicavam o equilíbrio financeiro que a autarquia tem, o prazo médio de pagamentos é de vinte e um dias, a dívida do município está abaixo do limite legal e por isso está a cumprir com as regras legais do endividamento municipal. -----

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra para dizer não ter nenhuma preocupação relativamente às questões levantadas pelo Deputado Sérgio Pedroso, que estávamos a falar de um relatório que não é o do final de ano, é de meio do ano, mas que *"mesmo naquilo que diz respeito ao cumprimento da execução acima da percentagem que referiu, é perfeitamente alcançável e ao dia de hoje alcançável em absoluto."* -----

A Senhora Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e informou que estava cumprida a Ordem de Trabalhos, solicitando a aprovação da assembleia para que todas as decisões fossem aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo a aprovação em minuta feita por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, da Coligação "É Hora de Mudar" PPD/PSD-CDS/PP e do BE, quando estavam presentes na sala vinte e três elementos. -----

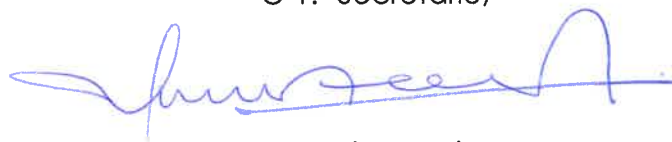
Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e trinta e cinco minutos. -----

A Presidente da Mesa,




Ana Ferreira

O 1.º Secretário,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Orlando Ferreira', with a long horizontal stroke extending to the right.

Orlando Ferreira

A 2ª Secretária,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ana Filipa Marques', with a long horizontal stroke extending to the right.

Ana Filipa Marques